



INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 2ª (SEGUNDA) EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, EM DUAS SÉRIES, DA ESPÉCIE COM GARANTIA REAL, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA, COM ESFORÇOS RESTRITOS DE DISTRIBUIÇÃO DA BOA VISTA SERVIÇOS S.A.

Pelo presente instrumento particular, como emissora,

(a) **BOA VISTA SERVIÇOS S.A.**, sociedade por ações, sem registro de companhia aberta perante a Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Boa Vista n.º 51, 5º andar, CEP 01014-91, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda ("CNPJ/MF") sob o n.º 11.725.176/0001-27, com seus atos constitutivos arquivados na Junta Comercial do Estado de São Paulo ("JUCESP") sob o NIRE n.º 35.300.377.605, neste ato representada na forma de seu estatuto social ("Emissora");

E, de outro lado, como agente fiduciário, representando a comunhão dos titulares das debêntures da 2ª (segunda) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, em duas séries, da espécie com garantia real, da Emissora ("Debenturistas" e, individualmente, "Debenturista"),

(b) **PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS**, instituição financeira, com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, n.º 4.200, Bloco 08, Ala B, Salas 302, 303 e 304, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 17.343.682/0001-38, neste ato representada na forma de seu estatuto social ("Agente Fiduciário");

vêm, por esta, firmar, na melhor forma de direito, o presente "Instrumento Particular de Escritura da 2ª (segunda) Emissão de Debêntures Simples, não Conversíveis em Ações, em Duas Séries, da Espécie com Garantia Real, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos de Distribuição da Boa Vista Serviços S.A." ("Escritura de Emissão", "Emissão" e "Debêntures", respectivamente), que será regido pelas seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira – DAS AUTORIZAÇÕES PARA REALIZAÇÃO DA EMISSÃO

1.1. A presente Escritura de Emissão é firmada com base na deliberação da Reunião do Comitê Executivo da Emissora realizada em 28 de julho de 2015 e da Assembleia Geral Extraordinária da Emissora realizada em 28 de julho de 2015 ("AGE"), nas quais foram deliberadas as condições da Emissão, conforme disposto no parágrafo 1º do artigo 59 da Lei n.º 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações"), e a constituição da Cessão Fiduciária (conforme definido abaixo).

Cláusula Segurda – DOS REQUISITOS

2.1. A emissão das Debêntures será realizada com observância dos seguintes requisitos:

2.1.1. Dispensa de Registro na CVM

2.1.1.1. A Emissão será realizada nos termos da Instrução da CVM n.º 476, de 16 de janeiro de 2009, conforme alterada (“Instrução CVM 476”) e das demais disposições legais e regulamentares aplicáveis, estando, portanto, automaticamente dispensada do registro de distribuição perante a CVM de que trata o artigo 19 da Lei n.º 6.385, de 7 de dezembro de 1976, conforme alterada (“Oferta Restrita”).

2.1.2. Registro na ANBIMA – Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais

2.1.2.1. Por se tratar de oferta para distribuição pública com esforços restritos de distribuição, a Oferta Restrita poderá vir a ser registrada na ANBIMA – Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (“ANBIMA”), exclusivamente para fins de informar a base de dados da ANBIMA, nos termos do parágrafo 2º do artigo 1º do “Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para as Ofertas Públicas de Distribuição e Aquisição de Valores Mobiliários”, estando referido registro condicionado à expedição, até a data de encerramento da Oferta Restrita, de diretrizes específicas para o cumprimento desta obrigação.

2.1.3. Arquivamento na JUCESP e Publicação da Ata da AGE

2.1.3.1. A ata da AGE que deliberou a Emissão será arquivada na JUCESP e publicada no (i) Diário Oficial do Estado de São Paulo; e (ii) “Diário Comércio Indústria & Serviços - DCI”, em atendimento ao disposto no inciso I do artigo 62, e no artigo 289 da Lei das Sociedades por Ações.

2.1.4. Arquivamento da Escritura de Emissão e seus eventuais aditamentos

2.1.4.1. A presente Escritura de Emissão e eventuais aditamentos serão arquivados na JUCESP, de acordo com o artigo 62, inciso II, da Lei das Sociedades por Ações.

2.1.4.2. A Emissora compromete-se a enviar ao Agente Fiduciário 1 (uma) via original desta Escritura de Emissão e eventuais aditamentos, devidamente registrados na JUCESP, no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da data de obtenção dos referidos registros.

2.1.4.3. Quaisquer aditamentos a esta Escritura de Emissão deverão ser firmados pela Emissora e pelo Agente Fiduciário após aprovação em Assembleia Geral de Debenturistas,



conforme Cláusula Sétima abaixo, e posteriormente arquivados na JUCESP, nos termos do item 2.1.4.1 acima.

2.1.5. Registro para Distribuição, Negociação e Custódia Eletrônica

2.1.5.1. As Debêntures serão registradas para (i) distribuição no mercado primário por meio do Módulo de Distribuição de Ativos ("MDA"), administrado e operacionalizado pela CETIP S.A. – Mercados Organizados ("CETIP"), sendo a distribuição liquidada financeiramente por meio da CETIP; e (ii) negociação no mercado secundário por meio do CETIP21 – Títulos e Valores Mobiliários ("CETIP21"), administrado e operacionalizado pela CETIP, sendo a distribuição e as negociações das Debêntures liquidadas financeiramente e as Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP.

2.1.5.2. Não obstante o descrito no item 2.1.5.1 acima, as Debêntures somente poderão ser negociadas entre Investidores (conforme definido abaixo), depois de decorridos 90 (noventa) dias corridos contados da data de cada subscrição ou aquisição pelo Investidor, conforme disposto nos artigos 13 e 15 da Instrução CVM 476 e observado o cumprimento, pela Emissora, dos itens descritos no artigo 17 da Instrução CVM 476.

2.1.6. Constituição da Cessão Fiduciária

2.1.6.1. Nos termos do artigo 62, inciso III, da Lei das Sociedades por Ações, e observado o disposto na Cláusula 3.9.1 abaixo, a Cessão Fiduciária (conforme definido abaixo) foi formalizada por meio do "Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios", celebrado entre o Agente Fiduciário e a Emissora ("Contrato de Cessão Fiduciária"), e será constituída mediante o registro do Contrato de Cessão Fiduciária nos Cartórios de Títulos e Documentos da sede ou domicílio das partes signatárias do referido instrumento, na forma prevista nos artigos 129, parágrafo 5º, e 130 da Lei n.º 6.015, de 31 de dezembro de 1973, conforme alterada e no artigo 1.361, parágrafo 1º, da Lei n.º 10.406, de 10 de janeiro de 2002, conforme alterada ("Código Civil") e nos termos do Contrato de Cessão Fiduciária.

2.1.6.2. Após a realização dos registros mencionados no item 2.1.6.1 acima, deverá ser entregue ao Agente Fiduciário 1 (uma) via original do Contrato de Cessão Fiduciária registrado, dentro do prazo previsto no Contrato de Cessão Fiduciária.

Cláusula Terceira – DAS CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO

3.1. Objeto Social da Emissora

3.1.1. De acordo com seu Estatuto Social, a Emissora tem por objeto social: (i) a prestação de serviços em geral para suporte à atividade creditícia e de proteção ao crédito, incluindo consultoria, desenvolvimento de sistemas e projetos e elaboração e venda de pesquisas; (ii) desenvolvimento e exploração comercial de soluções de meios de pagamento

em geral, incluindo mercadologia, o comportamento de consumidores ou quaisquer outras soluções comerciais originadas do banco de dados, do *know-how* e da capacidade de distribuição, bem como quaisquer produtos, serviços e soluções oferecidos por concorrentes da Emissora; (iii) cessão, desenvolvimento, licença, sublicença e distribuição de direito de uso de software; (iv) elaboração de programas de computador; (v) suporte técnico em informática, incluindo a instalação, configuração e manutenção de programas de computação e banco de dados; (vi) processamento de dados; (vii) assessoria e consultoria em informática; e (viii) a participação em outras sociedades, como acionista ou quotista, no Brasil ou no exterior.

3.2. Série

3.2.1. A Emissão será realizada em duas séries.

3.3. Valor Total da Emissão

3.3.1. O valor total da Emissão será de R\$80.000.000,00 (oitenta milhões de reais) na Data de Emissão (conforme abaixo definido) ("Valor Total da Emissão"), sendo R\$ 40.000.000,00 (quarenta milhões de reais) equivalentes às debêntures da primeira série e R\$ 40.000.000,00 (quarenta milhões de reais) equivalentes às debêntures da segunda série.

3.4. Quantidade de Debêntures

3.4.1. Serão emitidas 80.000 (oitenta mil) Debêntures, sendo 40.000 (quarenta mil) Debêntures na primeira série ("Debêntures da Primeira Série") e 40.000 (quarenta mil) Debêntures na segunda série ("Debêntures da Segunda Série").

3.5. Destinação dos Recursos

3.5.1. Os recursos obtidos por meio da Emissão serão destinados ao reforço do capital de giro da Emissora.

3.6. Número da Emissão

3.6.1. Esta Escritura de Emissão representa a 2ª (segunda) emissão de debêntures da Emissora.

3.7. Banco Liquidante e Escriturador Mandatário

3.7.1. O banco liquidante e o escriturador mandatário da presente Emissão será o Banco Bradesco S.A., instituição financeira com sede na Cidade de Osasco, Estado de São Paulo, na Cidade de Deus, s/n, Prédio Amarelo, 2º andar, Vila Yara, CEP 06029-900, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 60.746.948/0001-12 ("Banco Liquidante" e "Escriturador Mandatário").

3.8. Imunidade ou Isenção de Debenturistas

3.8.1. Caso qualquer Debenturista goze de algum tipo de imunidade ou isenção tributária, este deverá encaminhar ao Banco Liquidante e Escriturador Mandatário, com cópia para a Emissora, no prazo mínimo de 10 (dez) dias úteis antes da data prevista para recebimento de valores relativos às Debêntures, documentação comprobatória dessa imunidade ou isenção tributária, sob pena de ter descontados dos seus rendimentos os valores devidos nos termos da legislação tributária em vigor.

3.8.2. O Debenturista que tenha apresentado documentação comprobatória de sua condição de imunidade ou isenção tributária, nos termos do item 3.8.1 acima, e que tiver essa condição alterada e/ou revogada por disposição normativa, ou por deixar de atender as condições e requisitos porventura prescritos no dispositivo legal aplicável, ou ainda, tiver essa condição questionada por autoridade judicial, fiscal ou regulamentar competente, ou ainda, que tenha esta condição alterada e/ou revogada por qualquer outra razão que não as mencionadas neste item 3.8.2, deverá comunicar esse fato, de forma detalhada e por escrito, ao Banco Liquidante e Escriturador Mandatário, com cópia para a Emissora, bem como prestar qualquer informação adicional em relação ao tema que lhe seja solicitada pelo Banco Liquidante e Escriturador Mandatário ou pela Emissora.

3.8.3. Mesmo que tenha recebido a documentação referida no item 3.8.1 acima, e desde que tenha fundamento legal para tanto, fica facultado à Emissora depositar em juízo ou descontar de quaisquer valores relacionados às Debêntures a tributação que entender devida.

3.9. **Garantia**

3.9.1. Cessão Fiduciária Debêntures da Primeira Série. Nos termos do Contrato de Cessão Fiduciária, em garantia do integral, fiel e pontual pagamento e cumprimento de toda e qualquer obrigação, principal e/ou acessória, presente e/ou futura, incluindo (x) o Valor Nominal Unitário das Debêntures da Primeira Série ou saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da Primeira Série, acrescido da respectiva Remuneração e eventuais Encargos Moratórios e (y) todos os acessórios ao principal, inclusive qualquer custo ou despesa comprovadamente incorrido pelo Agente Fiduciário ou pelos titulares das Debêntures da Primeira Série em decorrência de despesas judiciais e extrajudiciais e/ou, quando houver, honorários advocatícios, decorrentes de quaisquer instrumentos de garantia em favor dos titulares das Debêntures da Primeira Série, verbas indenizatórias devidas diretamente pela Emissora no âmbito de qualquer processo judicial ou administrativo, bem como no âmbito da Emissão quando relacionadas exclusivamente às Debêntures da Primeira Série ("Obrigações Garantidas da Primeira Série"), a Emissora, em caráter irrevogável e irretroatável, nos termos do Contrato de Cessão Fiduciária, cederá e transferirá fiduciariamente em garantia, a propriedade fiduciária, o domínio resolúvel e a posse indireta, em favor dos Debenturistas detentores de Debêntures da Primeira Série, representados pelo Agente Fiduciário, livres e desembaraçados de quaisquer ônus, gravames ou restrições, nos termos do artigo 66-B da Lei n.º 4.728, de 14 de julho de 1965 ("Lei 4.728/1965"), com a nova redação dada pelo artigo 55 da Lei n.º 10.931, de 2 de agosto de

2004, conforme alterada ("Lei 10.931/2004"), e dos artigos 18 a 20 da Lei n.º 9.514, de 20 de novembro de 1997, conforme alterada ("Lei 9.514/97") e, no que for aplicável, dos artigos 1.361 e seguintes da Lei n.º 10.406, de 10 de janeiro de 2002, conforme alterada ("Código Civil"), bem como das demais disposições legais aplicáveis, a totalidade dos Direitos de Crédito Itaú (conforme definido no Contrato de Cessão Fiduciária) de titularidade da Emissora contra o Itaú (conforme definido no Contrato de Cessão Fiduciária), bem como todos os direitos, atuais ou futuros, deídos e a serem deídos pela Emissora contra o Banco Depositário Itaú (conforme definido no Contrato de Cessão Fiduciária) como resultado dos valores depositados na Conta Vinculada Itaú (conforme definido no Contrato de Cessão Fiduciária) e aos montantes nela depositados a qualquer tempo, independentemente de onde se encontrarem, inclusive enquanto em trânsito ou em processo de compensação bancária, incluindo aplicações financeiras e seus respectivos rendimento, cuja administração é regulada nos termos do Contrato de Administração de Conta Itaú (conforme definido no Contrato de Cessão Fiduciária), os quais garantirão especificamente as Obrigações Garantidas da Primeira Série, no âmbito das Debêntures da Primeira Série ("Cessão Fiduciária Primeira Série").

3.9.2. Cessão Fiduciária Debêntures da Segunda Série. Nos termos do Contrato de Cessão Fiduciária, em garantia do integral, fiel e pontual pagamento e cumprimento de toda e qualquer obrigação, principal e/ou acessória, presente e/ou futura, incluindo (x) o Valor Nominal Unitário das Debêntures da Segunda Série ou saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da Segunda Série, acrescido da respectiva Remuneração e eventuais Encargos Moratórios e (y) todos os acessórios ao principal, inclusive qualquer custo ou despesa comprovadamente incorrido pelo Agente Fiduciário ou pelos titulares das Debêntures da Segunda Série em decorrência de despesas judiciais e extrajudiciais e/ou, quando houver, honorários advocatícios, decorrentes de quaisquer instrumentos de garantia em favor dos titulares das Debêntures da Segunda Série, verbas indenizatórias devidas diretamente pela Emissora no âmbito de qualquer processo judicial ou administrativo bem como no âmbito da Emissão quando relacionadas exclusivamente às Debêntures da Segunda Série ("Obrigações Garantidas da Segunda Série") e, em conjunto com as Obrigações Garantidas da Primeira Série, "Obrigações Garantidas", a Emissora, em caráter irrevogável e irretratável, cederá e transferirá fiduciariamente em garantia, a propriedade fiduciária, o domínio resolúvel e a posse indireta, em favor dos Debenturistas detentores de Debêntures da Segunda Série, representados pelo Agente Fiduciário, livres e desembaraçados de quaisquer ônus, gravames ou restrições, nos termos do artigo 66-B da Lei 4.728/1965, com a nova redação dada pelo artigo 55 da Lei 10.931/2004, e dos artigos 18 a 20 da Lei 9.514/97 e, no que for aplicável, dos artigos 1.361 e seguintes do Código Civil, bem como das demais disposições legais aplicáveis, a totalidade dos Direitos de Crédito Bradesco (conforme definido no Contrato de Cessão Fiduciária) de titularidade da Emissora contra o Bradesco (conforme definido no Contrato de Cessão Fiduciária), bem como todos os direitos, atuais ou futuros, deídos e a serem deídos pela Emissora contra o Banco Depositário Bradesco (conforme definido no Contrato de Cessão Fiduciária) como resultado dos valores depositados na Conta Vinculada Bradesco (conforme definido no Contrato de Cessão

Fiduciária) e aos montantes nela depositados a qualquer tempo e título, independentemente de onde se encontrarem, inclusive enquanto em trânsito ou em processo de compensação bancária, bem como quaisquer ativos financeiros depositados na Conta Vinculada Bradesco, cuja administração é regulada nos termos do Contrato de Administração de Conta Bradesco (conforme definido no Contrato de Cessão Fiduciária), os quais garantirão especificamente as Obrigações Garantidas da Segunda Série, no âmbito das Debêntures da Segunda Série (“Cessão Fiduciária Segunda Série” e, em conjunto com a Cessão Fiduciária Primeira Série, “Cessão Fiduciária”).

Cláusula Quarta – DAS CARACTERÍSTICAS DAS DEBÊNTURES

4.1. Colocação

4.1.1. As Debêntures serão objeto de distribuição pública com esforços restritos de distribuição, sob regime de garantia firme de colocação da totalidade das Debêntures, com a intermediação de instituições financeiras integrantes do sistema brasileiro de distribuição de valores mobiliários (“Coordenadores”, sendo a instituição intermediária líder “Coordenador Líder”), nos termos do “Contrato de Distribuição Pública, com Esforços Restritos de Distribuição, da 2ª (segunda) Emissão de Debêntures Simples, não Conversíveis em Ações, em Duas Séries, da Espécie com Garantia Real, da Boa Vista Serviços S.A.”, a ser celebrado entre a Emissora e os Coordenadores (“Contrato de Distribuição”).

4.1.2. O plano de distribuição seguirá o procedimento descrito na Instrução CVM 476 (“Plano de Distribuição”). Para tanto, os Coordenadores poderão acessar, conjuntamente, no máximo 75 (setenta e cinco) Investidores (conforme definido abaixo), nos termos do item 4.1.3 abaixo, sendo possível a subscrição ou aquisição das Debêntures por, no máximo, 50 (cinquenta) Investidores.

4.1.3. O público alvo da Oferta Restrita é composto por: (i) caso a integralização das Debêntures ocorra antes da entrada em vigor dos artigos 9-A e 9-B da Instrução da CVM nº 539, de 13 de novembro de 2013, conforme alterada (“Instrução CVM 539”), investidores qualificados assim definidos nos termos do artigo 4º da Instrução CVM 476 (“Investidores Qualificados”); ou (ii) caso a integralização das Debêntures ocorra na data de, ou após a entrada em vigor dos artigos 9-A e 9-B da Instrução CVM 539, investidores profissionais, conforme definição constante do artigo 9º-A da Instrução CVM 539 (“Investidores Profissionais” e, em conjunto com os Investidores Qualificados, os “Investidores”).

4.1.4. A Emissão e a Oferta Restrita não poderão ser aumentadas em nenhuma hipótese.

4.1.5. Os fundos de investimento e carteiras administradas óe valores mobiliários cujas decisões de investimento sejam tomadas pelo mesmo gestor serão considerados como um único investidor para fins dos limites previstos no item 4.1.2 acima.

4.1.6. A colocação das Debêntures será realizada de acordo com os procedimentos da CETIP, e com o Plano de Distribuição descrito nesta Cláusula Quarta.

4.1.7. No ato de subscrição e integralização das Debêntures, cada Investidor assinará declaração atestando, dentre outras coisas, estar ciente de que: (i) a Oferta Restrita não foi registrada perante a CVM; (ii) as Debêntures estão sujeitas às restrições de negociação previstas nesta Escritura de Emissão e na regulamentação aplicável, devendo, ainda, por meio de tal declaração, manifestar sua concordância expressa a todos os seus termos e condições; e (iii) efetuou a sua própria análise com relação à capacidade de pagamento da Emissora e sobre a constituição, suficiência e exequibilidade da Cessão Fiduciária ("Declaração de Investidor").

4.1.8. Não será concedido qualquer tipo de desconto pelos Coordenadores aos Investidores interessados em adquirir Debêntures no âmbito da Oferta Restrita, bem como não existirão reservas antecipadas, nem fixação de lotes máximos ou mínimos, independentemente de ordem cronológica.

4.1.9. Não será constituído fundo de sustentação de liquidez, tampouco será firmado contrato de garantia de liquidez para as Debêntures. Ainda, não será firmado contrato de estabilização de preço das Debêntures no mercado secundário.

4.2. Data de Emissão das Debêntures

4.2.1. Para todos os efeitos legais, a data de emissão das Debêntures será 25 de julho de 2015 ("Data de Emissão").

4.3. Valor Nominal Unitário das Debêntures

4.3.1. O valor nominal unitário das Debêntures, na Data de Emissão, será de R\$1.000,00 (mil reais) ("Valor Nominal Unitário").

4.3.2. O Valor Nominal Unitário das Debêntures não será corrigido ou atualizado monetariamente por qualquer índice.

4.4. Forma, Conversibilidade e Comprovação da Titularidade das Debêntures

4.4.1. As Debêntures serão da forma nominativa e escritural, sem a emissão de cautela ou certificados e não serão conversíveis em ações de emissão da Emissora.

4.4.2. Para todos os fins e efeitos, a titularidade das Debêntures será comprovada pelo extrato da conta de depósito emitido pela instituição financeira responsável pela escrituração das Debêntures, o Escriturador Mandatário. Adicionalmente, será reconhecido como comprovante de titularidade das Debêntures o extrato expedido pela CETIP em nome do Debenturista quando as Debêntures estiverem custodiadas eletronicamente na CETIP.

4.5. Espécie

4.5.1. As Debêntures serão da espécie com garantia real, nos termos do artigo 58, *caput*, da Lei das Sociedades por Ações, representada pela Cessão Fiduciária, nos termos desta Escritura de Emissão.

4.6. Prazo e Forma de Subscrição e Integralização

4.6.1. As Debêntures serão subscritas pelo seu Valor Nominal Unitário acrescido da respectiva Remuneração (conforme definida abaixo), calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão até a data da efetiva integralização, e serão integralizadas na forma do item 4.6.2 abaixo ("Data de Subscrição").

4.6.2. As Debêntures serão integralizadas, à vista, em moeda corrente nacional, em uma ou mais datas, no prazo de até 180 (cento e oitenta) dias a contar do início do prazo de distribuição na forma dos artigos 7-A e 8º da Instrução CVM 476, de acordo com as normas e procedimentos de liquidação aplicáveis à CETIP, observado ainda os termos do Contrato de Distribuição.

4.7. Prazo de Vigência e Data de Vencimento

4.7.1. As Debêntures terão prazo de vigência de 5 (cinco) anos contados da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, em 25 de julho de 2020 ("Data de Vencimento").

4.8. Amortização

4.8.1. A amortização do Valor Nominal Unitário das Debêntures será realizada em 7 (sete) parcelas semestrais e consecutivas, a partir do 24º (vigésimo quarto) mês, a contar da Data de Emissão, conforme tabela abaixo, sendo a primeira devida em 25 de julho de 2017 e a última na Data de Vencimento:

Data de Amortização	Percentual sobre o Valor Nominal Unitário das Debêntures
25 de julho de 2017	14,2857%



25 de janeiro de 2018	14,2857%
25 de julho de 2018	14,2857%
25 de janeiro de 2019	14,2857%
25 de julho de 2019	14,2857%
25 de janeiro de 2020	14,2857%
Data de Vencimento	saldo do Valor Nominal Unitário

4.9. Amortização Extraordinária Facultativa

4.9.1.

A Emissora poderá, a qualquer tempo, a seu exclusivo critério, realizar amortização extraordinária das Debêntures ("Amortização Facultativa"), a ser rateada entre a totalidade dos titulares das Debêntures, nos termos do parágrafo 1º do artigo 55 da Lei das Sociedades por Ações, e limitada a 98% (noventa e oito por cento) do Valor Nominal Unitário ou do saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, acrescido da Remuneração devida e ainda não paga até a data da Amortização Facultativa. A Amortização Facultativa será operacionalizada da seguinte forma:

- (i) por meio de comunicação enviada pela Emissora aos Debenturistas, com cópia ao Agente Fiduciário, e à CETIP ou por meio de publicação de anúncio a ser amplamente divulgado nos termos do item 4.18 desta Escritura de Emissão com antecedência mínima de 5 (cinco) dias úteis contados da data prevista para a Amortização Facultativa ("Comunicação de Amortização Facultativa"), a qual deverá descrever os termos e condições da Amortização Facultativa, incluindo: (a) a data da efetiva amortização das Debêntures e o efetivo pagamento aos Debenturistas; (b) o percentual da Amortização Facultativa (conforme abaixo definido); e (c) as demais informações consideradas relevantes pela Emissora para conhecimento dos Debenturistas;

- (ii) o valor a ser pago aos Debenturistas a título de Amortização Facultativa será acrescido da Remuneração devida e ainda não paga até a data da Amortização Facultativa, nos termos do item 4.10 abaixo, devendo ainda incidir sobre este valor, um prêmio flat a ser calculado de acordo com a tabela abaixo ("Prêmio de Amortização" e "Preço da Amortização Facultativa", respectivamente):

PRAZO

PRÊMIO DE

AMORTIZAÇÃO

A partir da Data de Emissão, inclusive, até 24/01/2016, inclusive	0,87%
A partir de 25/01/2016 até 24/07/2016, inclusive	0,81%
A partir de 25/07/2016 até 24/01/2017, inclusive	0,72%
A partir de 25/01/2017 até 24/07/2017, inclusive	0,64%
A partir de 25/07/2017 até 24/01/2018, inclusive	0,55%
A partir de 25/01/2018 até 24/07/2018, inclusive	0,47%
A partir de 25/07/2018 até 24/01/2019, inclusive	0,38%
A partir de 25/01/2019 até 24/07/2019, inclusive	0,33%
A partir de 25/07/2019 até 24/01/2020, inclusive	0,27%
A partir de 25/01/2020 até 24/07/2020, inclusive	0,23%

(iii) o pagamento do Preço de Amortização Facultativa deverá ser realizado de acordo com o disposto no item 4.9.1.1 abaixo, sendo certo que todas as Debêntures objeto de amortização serão reduzidas no seu montante total de forma igualitária, conforme definido acima.

4.9.1.1. O pagamento das Debêntures objeto de Amortização Facultativa será feito (i) por meio dos procedimentos adotados pela CETIP conforme as Debêntures estejam custodiadas eletronicamente na CETIP, e/ou (ii) mediante depósito em contas-correntes indicadas pelos Debenturistas a ser realizado pelo Banco Liquidante, no caso de titulares das Debêntures que não estejam custodiadas na CETIP.

4.9.1.2. Para as Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP, a operacionalização da Amortização Facultativa seguirá os procedimentos adotados pela CETIP. Adicionalmente, a Comunicação de Amortização Facultativa deverá ser enviada ao Banco Liquidante, com antecedência mínima de 1 (um) dia útil da data da Amortização Facultativa.

4.10. Remuneração

4.10.1. O Valor Nominal Unitário das Debêntures não será atualizado monetariamente.

4.10.2. A remuneração das Debêntures contemplará juros remuneratórios, a partir da Data de Emissão, correspondentes à variação acumulada de 100% (cem inteiros por cento) das

taxas médias diárias dos DI - Depósitos Interfinanceiros de um dia, "over extra grupo", expressa na forma percentual ao ano, com base em um ano de 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, calculadas e divulgadas pela CETIP, no Informativo Diário disponível em sua página na Internet (<http://www.cetip.com.br>) ("Taxa DI"), acrescida de uma sobretaxa ("Spread") de 2,35% (dois inteiros e trinta e cinco centésimos por cento) ao ano, com base em um ano de 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, incidentes sobre o Valor Nominal Unitário, ou sobre o saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, e pagos ao final de cada Período de Capitalização, conforme definido no item 4.10.5., de acordo com a fórmula abaixo ("Remuneração").

4.10.3. As taxas médias diárias são acumuladas de forma exponencial e cumulativa utilizando-se o critério *pro rata temporis*, desde a Data de Emissão ou a Data de Pagamento da Remuneração (conforme definido abaixo) imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do seu efetivo pagamento, que deve ocorrer ao final de cada Período de Capitalização.

4.10.4. O cálculo da Remuneração obedecerá à seguinte fórmula:

$$J = VNe \times (\text{Fator de Juros} - 1)$$

onde:

J valor unitário da Remuneração devida no final de cada Período de Capitalização, calculado com 8 (oito) casas decimais sem arredondamento;

VNe Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, no início de cada Período de Capitalização, informado/calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento;

Fator Juros Fator de juros calculado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$\text{Fator Juros} = (\text{Fator DI} \times \text{Fator Spread})$$

Fator DI produtório das Taxas DI-Over, desde a data de início de capitalização, inclusive, até a data de cálculo da Remuneração exclusiva, calculado com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$\text{Fator DI} = \prod_{k=1}^{n \text{ DI}} [1 + (TDI_k)]$$



onde:

k número de ordem das Taxas DI-Over, variando de 1 até n;

nDI número total de Taxas DI-Over consideradas em cada Período de Capitalização, sendo "n" um número inteiro;

TDI_k Taxa DI-Over, de ordem k, expressa ao dia, calculada com 8 (oito) casas decimais com arredondamento, apurado da seguinte forma;

$$TDI_k = \left(\frac{DI_k}{100} + 1 \right)^{\frac{1}{252}} - 1$$

onde:

DI_k Taxa DI-Over, de ordem k, divulgada pela CETIP válida por 1 (um) dia útil (*overnight*), utilizada com 2 (duas) casas decimais;

FatorSpread Sobre taxa de juros fixos, calculada com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma;

$$\text{FatorSpread} = \left\{ \left[\left(\frac{\text{spread}}{100} + 1 \right)^{\frac{DP}{252}} \right] \right\}$$

onde:

Spread 2,3500;

DP É o número de dias úteis entre a Data de Emissão ou Data de Pagamento da Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, e a data de cálculo, sendo "DP" um número inteiro;

4.10.4.1. O fator resultante da expressão $(1 + TDI_k)$ é considerado com 16 (dezesesseis) casas decimais, sem arredondamento.

4.10.4.2. Efetua-se o produto dos fatores diários $(1 + TDI_k)$, sendo que a cada fator diário acumulado, trunca-se o resultado com 16 (dezesesseis) casas decimais, aplicando-se o próximo fator diário, e assim por diante até o último considerado.

4.10.4.3. Uma vez os fatores estando acumulados, considera-se o fator resultante "Fator DI" com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento.

4.10.4.4. O fator resultante da expressão (FatorDI x FatorSpread) é considerado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento.

4.10.4.5. A Taxa DI deverá ser utilizada considerando idêntico número de casas decimais divulgado pela entidade responsável pelo seu cálculo.

4.10.5. O período de capitalização da Remuneração ("Período de Capitalização") é, para o primeiro Período de Capitalização, o intervalo de tempo que se inicia na Data de Emissão e termina na primeira Data de Pagamento da Remuneração, e, para os demais Períodos de Capitalização, o intervalo de tempo que se inicia em uma Data de Pagamento da Remuneração e termina na Data de Pagamento da Remuneração subsequente. Cada Período de Capitalização sucede o anterior sem solução de continuidade, até a Data de Vencimento.

4.10.6. Caso a Taxa DI não esteja disponível quando da apuração da Remuneração, será aplicada a última Taxa DI aplicável que estiver disponível naquela data, não sendo devidas quaisquer compensações financeiras, tanto por parte da Emissora, quanto por parte dos Debenturistas, quando da divulgação da Taxa DI disponível.

4.10.6.1. Na ausência da apuração e/ou divulgação e/ou limitação da utilização e/ou extinção da Taxa DI por prazo superior a 10 (dez) dias úteis, após a data esperada para apuração e/ou divulgação e/ou em caso de extinção ou inaplicabilidade por disposição legal ou determinação judicial da Taxa DI, será convocada pelo Agente Fiduciário Assembleia Geral de Debenturistas, nos termos da Cláusula Sétima abaixo, a qual terá como objeto a deliberação pelos Debenturistas, de comum acordo com a Emissora, do novo parâmetro de remuneração das Debêntures.

4.10.6.2. Caso não haja acordo sobre a nova taxa de juros referencial da Remuneração entre a Emissora e Debenturistas representando, no mínimo, 75% (setenta e cinco inteiros por cento) das Debêntures em Circulação (conforme definido abaixo), a Emissora deverá adquirir a totalidade das Debêntures, no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos contados da data de encerramento da respectiva Assembleia Geral de Debenturistas, pelo seu Valor Nominal Unitário acrescido da Remuneração devida até a data da efetiva aquisição, calculada *pro rata temporis*, a partir da Data de Emissão ou da última Data de Pagamento da Remuneração, o que ocorrer por último. As Debêntures adquiridas nos termos deste item serão canceladas pela Emissora. Nesta alternativa, para cálculo da Remuneração das Debêntures a serem adquiridas, para cada dia do período em que ocorra a ausência de taxas, será utilizada a última Taxa DI divulgada oficialmente.

4.10.6.3. Até a deliberação desse novo parâmetro de remuneração, quando do cálculo de quaisquer obrigações previstas nesta Escritura de Emissão, será aplicada a última Taxa DI aplicável que estiver disponível naquela data, não sendo devidas quaisquer compensações

financeiras, tanto por parte da Emissora, quanto por parte dos Debenturistas, quando da divulgação da Taxa DI disponível.

4.10.7. Caso a Taxa DI volte a ser apurada/divulgada e/ou sua utilização volte a ser permitida antes da realização da Assembleia Geral de Debenturistas de que trata o item 4.10.6.1 acima, referida Assembleia Geral de Debenturistas não será realizada e a Taxa DI então divulgada, a partir de sua divulgação, passará a ser novamente utilizada para o cálculo de quaisquer obrigações previstas nesta Escritura de Emissão, sendo certo que até a data de divulgação da Taxa DI nos termos deste item 4.10.7., a última Taxa DI divulgada será utilizada para o cálculo de quaisquer obrigações previstas nesta Escritura de Emissão.

4.10.8. A Remuneração será paga semestralmente, a partir da Data de Emissão, sendo o primeiro pagamento em 25 de janeiro de 2016 e os demais no dia 25 dos meses de julho e janeiro subsequentes, devendo o último pagamento ocorrer na Data de Vencimento (ou na data em que ocorrer a Amortização Facultativa, o Resgate Antecipado, o Resgate Antecipado Facultativo ou vencimento antecipado das Debêntures, conforme previsto nesta Escritura de Emissão, se for o caso) ("Data de Pagamento da Remuneração").

4.10.8.1. Farão jus aos pagamentos aqueles que sejam titulares de Debêntures ao final do dia útil anterior a cada Data de Pagamento da Remuneração previsto na presente Escritura de Emissão.

4.11. Repactuação Programada

4.11.1. As Debêntures não serão objeto de repactuação programada.

4.12. Resgate Antecipado

4.12.1. Resgate Antecipado Facultativo. A Emissora poderá, a qualquer tempo, a seu exclusivo critério, realizar o resgate antecipado total das Debêntures ("Resgate Antecipado Facultativo"). O Resgate Antecipado Facultativo será operacionalizado da seguinte forma:

- (i) por meio de comunicação enviada pela Emissora aos Debenturistas, com cópia ao Agente Fiduciário, e à CETIP ou por meio de publicação de anúncio a ser amplamente divulgado nos termos do item 4.18 desta Escritura de Emissão com antecedência mínima de 5 (cinco) Dias Úteis contados da data prevista para o Resgate Antecipado Facultativo ("Comunicação de Resgate Antecipado"), a qual deverá descrever os termos e condições do Resgate Antecipado Facultativo, incluindo: (a) a data do efetivo resgate das Debêntures e o efetivo pagamento aos Debenturistas; (b) o percentual do Resgate Antecipado Facultativo (conforme abaixo definido); e (c) as demais informações consideradas relevantes pela Emissora para conhecimento dos Debenturistas;

- (ii) o valor a ser pago aos Debenturistas a título de Resgate Antecipado Facultativo será equivalente ao Valor Nominal Unitário ou ao saldo do Valor Nominal Unitário, acrescido da Remuneração devida e ainda não paga até a data do Resgate Antecipado Facultativo, calculada nos termos do item 4.10 acima, devendo ainda incidir sobre este valor, um prêmio flat a ser calculado de acordo com a tabela abaixo ("Prêmio de Resgate" e "Preço de Resgate", respectivamente):

PRAZO		PRÊMIO DE RESGATE
A partir da Data de Emissão, inclusive, até 24/01/2016, inclusive		0,87%
A partir de 25/01/2016 até 24/07/2016, inclusive		0,81%
A partir de 25/07/2016 até 24/01/2017, inclusive		0,72%
A partir de 25/01/2017 até 24/07/2017, inclusive		0,64%
A partir de 25/07/2017 até 24/01/2018, inclusive		0,55%
A partir de 25/01/2018 até 24/07/2018, inclusive		0,47%
A partir de 25/07/2018 até 24/01/2019, inclusive		0,38%
A partir de 25/01/2019 até 24/07/2019, inclusive		0,33%
A partir de 25/07/2019 até 24/01/2020, inclusive		0,27%
A partir de 25/01/2020 até 24/07/2020, inclusive		0,23%

- (iii) o pagamento do Preço de Resgate deverá ser realizado de acordo com o disposto no item 4.12.1.1 abaixo, sendo certo que todas as Debêntures objeto do resgate serão liquidadas em uma única data e canceladas pela Emissora.

4.12.1.1. O pagamento das Debêntures objeto de Resgate Antecipado Facultativo será feito (i) por meio dos procedimentos adotados pela CETIP conforme as Debêntures estejam custodiadas eletronicamente na CETIP, e/ou (ii) mediante depósito em contas-correntes indicadas pelos Debenturistas a ser realizado pelo Banco Liquidante, no caso de titulares das Debêntures que não estejam custodiadas na CETIP.

4.12.1.2. Para as Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP, a operacionalização do Resgate Antecipado Facultativo seguirá os procedimentos adotados pela CETIP. Adicionalmente, a Comunicação de Resgate Antecipado deverá ser enviada ao Banco

Liquidante, com antecedência mínima de 1 (um) dia útil da data do Resgate Antecipado Facultativo.

4.12.2. Oferta de Resgate Antecipado. A Emissora poderá, a seu exclusivo critério, realizar a qualquer tempo uma oferta de resgate antecipado da totalidade das Debêntures, endereçada a todos os Debenturistas, sendo assegurado a todos os Debenturistas igualdade de condições para aceitar o resgate das Debêntures por eles deitadas ("Oferta de Resgate Antecipado" e "Resgate Antecipado", respectivamente). A Oferta de Resgate Antecipado será operacionalizada da seguinte forma:

- (a) a Emissora realizará a Oferta de Resgate Antecipado por meio de comunicação enviada pela Emissora aos Debenturistas, com cópia ao Agente Fiduciário, e à CETIP ou por meio de publicação de anúncio a ser amplamente divulgado nos termos do item 4.18 desta Escritura de Emissão com antecedência mínima de 15 (quinze) Dias Úteis contados da data prevista para o Resgate Antecipado Facultativo ("Comunicação Oferta de Resgate Antecipado"), a qual deverá descrever os termos e condições da Oferta de Resgate Antecipado, incluindo: (i) o percentual do prêmio de resgate, caso exista; (ii) a forma e prazo de manifestação do Debenturista que aceitar a Oferta de Resgate Antecipado perante a Emissora; (iii) a data efetiva para o resgate das Debêntures e pagamento aos Debenturistas; e (iv) demais informações necessárias para tomada de decisão e operacionalização pelos Debenturistas;
- (b) após a publicação dos termos da Oferta de Resgate Antecipado, os Debenturistas que optarem pela adesão à referida oferta terão que se manifestar perante a Emissora, no prazo disposto na Comunicação Oferta de Resgate Antecipado, fora do âmbito da CETIP. Ao final deste prazo, a Emissora terá 5 (cinco) dias úteis para proceder a liquidação da Oferta de Resgate Antecipado, sendo certo que todas as Debêntures objeto da Oferta de Resgate Antecipado serão resgatadas em uma única data;
- (c) a Emissora poderá condicionar a Oferta de Resgate Antecipado à aceitação desta por um percentual mínimo de Debêntures, a ser por ela definido quando da realização da Oferta de Resgate Antecipado. Tal percentual deverá estar estipulado na Comunicação Oferta de Resgate Antecipado; e
- (d) o valor a ser pago aos Debenturistas a título de Resgate Antecipado será equivalente ao Valor Nominal Unitário ou do saldo do Valor Nominal Unitário, acrescido da Remuneração devida e ainda não paga até a data de Resgate Antecipado, acrescido de prêmio, se houver.

4.12.3. O pagamento das Debêntures resgatadas antecipadamente por meio da Oferta de Resgate Antecipado será feito (i) por meio dos procedimentos adotados pela CETIP, conforme as Debêntures estejam custodiadas eletronicamente na CETIP, e/ou (ii) mediante depósito em contas-correntes indicadas pelos Debenturistas a ser realizado pelo Banco Liquidante, no caso de titulares das Debêntures que não estejam custodiadas na CETIP.

4.12.4. Para as Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP, a operacionalização do Resgate Antecipado seguirá os procedimentos adotados pela CETIP. Adicionalmente, a Comunicação Oferta de Resgate Antecipado deverá ser enviada ao Banco Liquidante, com antecedência mínima de 1 (um) dia útil da data do Resgate Antecipado.

4.13. Vencimento Antecipado

4.13.1. Vencimento Antecipado Automático. O Agente Fiduciário deverá, automaticamente, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial à Emissora, declarar antecipadamente vencidas e imediatamente exigíveis todas as obrigações constantes das Debêntures e desta Escritura de Emissão, notificando o fato a todos os Debenturistas, no prazo de até 2 (dois) Dias Úteis contados a partir de sua ciência, respeitado o término do prazo de cura específico, se houver, e exigirá da Emissora o pagamento imediato do Valor Nominal Unitário ou do saldo do Valor Nominal Unitário, das Debêntures, acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis*, desde a Data de Emissão, ou da última Data de Pagamento da Remuneração, conforme o caso, até a data do seu efetivo pagamento, independentemente de notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial na ocorrência das seguintes hipóteses (cada uma das hipóteses abaixo, denominadas como um “Evento de Vencimento Antecipado Automático”):

- (a) vencimento antecipado de quaisquer obrigações pecuniárias financeiras a que esteja sujeita a Emissora, no mercado local ou internacional;
- (b) inadimplemento, pela Emissora, de quaisquer obrigações pecuniárias financeiras a que esteja sujeita, no mercado local ou internacional, em valor individual ou agregado, superior a R\$5.000.000,00 (cinco milhões de reais), salvo se, no prazo de 3 (três) dias úteis contados da data estipulada para pagamento, seja validamente comprovado pela Emissora que (i) o não pagamento foi motivado por descumprimento de obrigação pela outra parte; (ii) o inadimplemento foi justificado; ou (iii) foram prestadas garantias em juízo;
- (c) extinção, liquidação ou dissolução da Emissora;
- (d) cisão, fusão, incorporação, inclusive incorporação de ações, ou qualquer forma de reorganização societária da Emissora, exceto (i) se houver anuência prévia dos titulares das Debêntures que representem, pelo menos, 75% (setenta e cinco

por cento) das Debêntures em Circulação; ou (ii) no caso de cisão, fusão ou incorporação da Emissora, se houver sido assegurado aos Debenturistas que o desejarem, durante o prazo mínimo de 6 (seis) meses contados da data de publicação das atas dos atos societários relativos à operação, o resgate das Debêntures de que forem titulares, mediante o pagamento do Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão ou da última Data de Pagamento da Remuneração, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento; ou (iii) nas hipóteses de cisão, fusão, incorporação, inclusive incorporação de ações, ou qualquer forma de reorganização societária da Emissora que não resulte em alteração igual ou superior a 10% (dez por cento) do patrimônio líquido ou EBITDA (conforme definido abaixo) da Emissora;

(e) realização de redução de capital social da Emissora, após a data de assinatura desta Escritura de Emissão, sem que haja anuência prévia dos titulares das Debêntures que representem, pelo menos, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação;

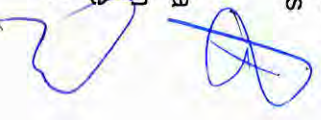
(f) proposta pela Emissora, a qualquer credor ou classe de credores de plano de recuperação judicial ou extrajudicial, independentemente de ter sido obtida homologação judicial do referido plano; requerimento pela Emissora, de recuperação judicial, independentemente de deferimento do processamento da recuperação ou de sua concessão pelo juiz competente ou, ainda, decretação de falência e/ou pedido de autofalência pela Emissora;

(g) pedido de falência formulado por terceiros em face da Emissora, e não devidamente elidido no prazo de 10 (dez) dias contado da respectiva citação;

(h) descumprimento pela Emissora das obrigações pecuniárias devidas aos titulares das Debêntures nas datas previstas nesta Escritura de Emissão ou no Contrato de Cessão Fiduciária;

(i) pagamento de dividendos (exceto pelo mínimo obrigatório, conforme previsto no artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações) ou juros sobre capital próprio pela Emissora caso a mesma esteja inadimplente com as suas obrigações pecuniárias descritas nesta Escritura de Emissão ou no Contrato de Cessão Fiduciária;

(j) não cumprimento de qualquer decisão judicial, ou arbitral definitiva de natureza condenatória, ou sentença judicial transitada em julgado contra a Emissora em valor individual ou agregado, igual ou superior a R\$1.000.000,00 (um milhão de reais), no prazo de até 15 (quinze) dias úteis da data estipulada para pagamento;



- (k) transformação do tipo societário da Emissora, na forma prevista no artigo 220 da Lei das Sociedades por Ações;
- (l) a ocorrência de evento que caracterize estado de insolvência da Emissora, incluindo acordo de credores;
- (m) transferência ou qualquer forma de cessão ou promessa de cessão a terceiros pela Emissora, das obrigações a serem assumidas nesta Escritura de Emissão e/ou no Contrato de Cessão Fiduciária sem a prévia anuência dos Debenturistas reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas especialmente convocada para este fim;
- (n) concessão de mútuos pela Emissora a qualquer outra sociedade, integrante ou não do mesmo grupo econômico a que pertence a Emissora, em valor individual ou agregado, superior a R\$5.000.000,00 (cinco milhões de reais);
- (o) com relação a qualquer dos direitos creditórios objeto da Cessão Fiduciária, nos termos do Contrato de Cessão Fiduciária, qualquer forma de alteração, alienação, venda, cessão, transferência, permuta, conferência ao capital, comodato, empréstimo, endosso ou qualquer outra forma de transferência ou disposição, ou constituição de qualquer ônus (exceto pela própria Cessão Fiduciária), ou permissão que qualquer dos atos acima seja realizado, em qualquer dos casos deste inciso, de forma gratuita ou onerosa, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, exceto quando sejam previamente aprovados pelos Debenturistas, representando ao menos 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em circulação, observado o disposto nos itens 7.1 e 7.2 abaixo;
- e
- (p) alteração do atual controle acionário (conforme abaixo definido), direto ou indireto, da Emissora sem prévia aprovação dos titulares das Debêntures que representem, pelo menos, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação, exceto (i) se tal alteração ou transferência for realizada entre os atuais controladores diretos da Emissora; e (ii) o Agente Fiduciário for notificado de tal alteração na mesma data em que a Emissora publicar fato relevante dando notícia de tal alteração, de acordo com o previsto no artigo 17 da Instrução CVM 476.

4.13.2. Vencimento Antecipado Não-Automático. O Agente Fiduciário deverá, no prazo de até 2 (dois) Dias Úteis contatos a partir de sua ciência de quaisquer dos eventos listados abaixo, respeitado o término do prazo de cura específico, se houver, convocar uma Assembleia Geral de Debenturistas para deliberar sobre o não vencimento antecipado das Debêntures e, uma vez declarado o vencimento antecipado das obrigações constantes das Debêntures e

desta Escritura de Emissão, exigirá da Emissora o pagamento do Valor Nominal Unitário ou do saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis*, desde a Data de Emissão, ou da última Data de Pagamento da Remuneração, conforme o caso, até a data do seu efetivo pagamento, independentemente de notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial (cada uma das hipóteses abaixo, denominadas como um “Evento de Vencimento Antecipado Não-Automático” e, em conjunto com o Evento de Vencimento Antecipado Automático, “Evento de Vencimento Antecipado”):

- (a) protesto legítimo de títulos contra a Emissora, no mercado local ou internacional, em valor individual ou agregado, superior a R\$5.000.000,00 (cinco milhões de reais), salvo se, no prazo de 30 (trinta) dias corridos contados do referido protesto, seja validamente comprovado pela Emissora ao Agente Fiduciário que (i) o protesto foi efetuado por erro ou má fé de terceiros; (ii) o protesto foi cancelado no prazo legal; ou (iii) foram prestadas garantias em juízo;
- (b) descumprimento pela Emissora de qualquer obrigação não pecuniária prevista na presente Escritura de Emissão ou no Contrato de Cessão Fiduciária não sanada (a) no prazo de cura específico, caso haja; ou (b) em não havendo prazo de cura específico, em 30 (trinta) dias corridos contados da data do respectivo inadimplemento;
- (c) alteração do objeto social da Emissora, conforme disposto em seu estatuto social, que altere substancialmente as atividades atualmente praticadas pela Emissora;
- (d) não manutenção, pela Emissora, anualmente, a partir da Data de Emissão e durante todo o prazo de vigência das Debêntures, sendo a primeira apuração com base no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015 do índice financeiro abaixo, a ser acompanhado anualmente pelo Agente Fiduciário com base nas informações anuais consolidadas e divulgadas regularmente pela Emissora (“Índice Financeiro”): Dívida Líquida/EBITDA menor ou igual a 2,5x, sendo certo que:

Dívida Líquida significa: valor correspondente às somas das operações bancárias da Emissora, incluindo desconto/ antecipação de recebíveis (duplicatas, cheques e notas promissórias), adiantamento a depositantes, adiantamento a contratos de exportação (ACC e ACE), NCE, pré-pagamentos, capital de giro em geral em moeda nacional ou estrangeira, contas rotativas (conta garantida, cheque especial), vendor, comprar, leasing, *finame* e



leaseback e outras operações registradas no Sistema de Informação de Crédito – SCR do Banco Central do Brasil, deduzidas as Aplicações Financeiras e Disponibilidades; e

EBITDA corresponde ao lucro líquido da Emissora apurado antes da consideração de: (a) despesa (ou receita) financeira; (b) provisão para o imposto de renda e contribuições sociais; (c) depreciações e amortizações; e (d) perdas (ou lucros) resultantes de equivalência patrimonial nos resultados dos investimentos em sociedades coligadas ou controladas;

(e) provarem-se falsas quaisquer das declarações, informações ou garantias prestadas pela Emissora no âmbito da Emissão;

(f) descumprimento da destinação dos recursos captados por meio da Emissão, conforme estabelecido no item 3.5. desta Escritura de Emissão;

(g) vencimento antecipado ou inadimplemento no pagamento de quaisquer obrigações pecuniárias de natureza não financeira a que esteja sujeita a Emissora, assim entendidas aquelas obrigações pecuniárias que não decorram de dívidas contraídas pela Emissora por meio de operações no mercado financeiro ou de capitais, local ou internacional, observados os prazos de cura estabelecidos nos respectivos contratos;

(h) não renovação, cancelamento, revogação ou suspensão das autorizações e licenças, inclusive as ambientais, relevantes para o regular exercício das atividades desenvolvidas pela Emissora e/ou por qualquer de suas subsidiárias;

(i) comprovação de inveracidade, insuficiência, incorreção ou inconsistência material de qualquer declaração feita pela Emissora nesta Escritura de Emissão ou no Contrato de Cessão Fiduciária que afete materialmente a percepção de risco das Debêntures e/ou da Emissora e/ou da Cessão Fiduciária;

(j) arresto, sequestro, penhora, desapropriação, confisco ou outra medida de qualquer autoridade governamental ou judiciária que implique perda de bens da Emissora que, individual ou conjuntamente, representem 5% (cinco inteiros por cento) do seu ativo consolidado, apurado em suas últimas demonstrações financeiras consolidadas divulgadas, exceto se a Emissora, conforme o caso, comprovar, em até 20 (vinte) dias úteis da determinação da respectiva medida, ter obtido decisão judicial com efeito suspensivo suspendendo a respectiva medida; e

(k) não constituição da Cessão Fiduciária, nos termos e prazos definidos no Contrato de Cessão Fiduciária, observado o disposto nos itens 7.1 e 7.2 abaixo.

4.13.2.1. Na ocorrência de Eventos de Vencimento Antecipado Não-Automático, e observado o disposto nos itens 7.1 e 7.2 abaixo, o Agente Fiduciário deverá, no prazo de até 2 (dois) Dias Úteis contados a partir de sua ciência, respeitado o término do prazo de cura específico, se houver, convocar a Assembleia Geral de Debenturistas para deliberar sobre o não vencimento antecipado das Debêntures, sendo certo que, se instalada em primeira convocação, os Debenturistas poderão optar, por deliberação de titulares que representem, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação, por não declarar antecipadamente vencidas as Debêntures. Não havendo aprovação quanto a não declaração do vencimento antecipado das Debêntures, o Agente Fiduciário deverá declarar o vencimento antecipado das Debêntures. No caso de Assembleia Geral de Debenturistas instalada em segunda convocação, os Debenturistas poderão optar por não declarar antecipadamente vencidas as Debêntures por deliberação da maioria dos presentes.

4.13.2.1.1. A não instalação em segunda convocação da Assembleia Geral de Debenturistas de que trata o item 4.13.2.1 acima por falta de quórum será interpretada pelo Agente Fiduciário como uma opção dos Debenturistas em declarar antecipadamente vencidas as Debêntures.

4.13.3. As referências a "controle acionário" encontradas nesta Cláusula Quarta deverão ser entendidas na forma prevista no artigo 116 da Lei das Sociedades por Ações.

4.13.4. Uma vez vencidas antecipadamente as Debêntures, o Agente Fiduciário deverá enviar imediatamente carta com aviso de recebimento à Emissora, com cópia para o Banco Liquidante e Escriturador Mandatário, informando tal evento, para que a Emissora efetue o pagamento do saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, acrescido da Remuneração, calculados *pro rata temporis* no Período de Capitalização em questão, no prazo de 3 (três) dias úteis a contar da data de recebimento da carta encaminhada pelo Agente Fiduciário.

4.13.5. A CETIP deverá ser comunicada com, no mínimo, 2 (dois) Dias Úteis de antecedência do pagamento referido acima.

4.13.6. Caso a Emissora não proceda ao pagamento do Valor Nominal Unitário das Debêntures, acrescido da Remuneração calculada *pro rata temporis* no Período de Capitalização em questão, na forma estipulada no item 4.13.5 acima, serão também acrescidos ao saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures Encargos Moratórios e multa, conforme previstos no item 4.14 abaixo, incidentes desde a data da imputabilidade no pagamento das obrigações pecuniárias da Emissora, ou da declaração do vencimento antecipado das Debêntures até a data de seu efetivo pagamento.

4.14. Multa e Juros Moratórios

4.14.1. Sem prejuízo da Remuneração das Debêntures, ocorrendo imputabilidade no pagamento pela Emissora de qualquer quantia devida aos Debenturistas nos termos desta

Escritura de Emissão, os débitos em atraso vencidos e não pagos pela Emissora, incluindo, sem limitação, o pagamento da Remuneração devida nos termos desta Escritura de Emissão, ficando sujeitos, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, (i) a multa convencional, irredutível e não compensatória, de 2% (dois inteiros por cento); e (ii) a juros moratórios à razão de 1% (um inteiro por cento) ao mês, calculados *pro rata temporis* desde a data da inadimplência até a data do efetivo pagamento ("Encargos Moratórios").

4.15. Atraso no Recebimento dos Pagamentos

4.15.1. Sem prejuízo do disposto no item 4.13.6 acima, o não comparecimento do Debiturista para receber o valor correspondente a quaisquer das obrigações pecuniárias devidas pela Emissora, nas datas previstas nesta Escritura de Emissão, ou em comunicado publicado pela Emissora, nos termos desta Escritura de Emissão, não lhe dará direito ao recebimento da Remuneração das Debêntures e/ou Encargos Moratórios a partir da data em que o valor correspondente seja disponibilizado pela Emissora ao Debiturista, sendo-lhe, todavia, assegurados os direitos adquiridos até a data em que os recursos se tornarem disponíveis.

4.16. Forma e Local de Pagamento

4.16.1. Os pagamentos a que fizerem jus as Debêntures serão efetuados pela Emissora utilizando-se os procedimentos adotados pela CETIP. As Debêntures que não estiverem custodiadas eletronicamente junto à CETIP terão os seus pagamentos realizados através do Escriturador Mandatário das Debêntures.

4.17. Prorrogação dos Prazos

4.17.1. Considerar-se-ão automaticamente prorrogados os prazos referentes ao pagamento de qualquer obrigação prevista e decorrente desta Escritura de Emissão, até o primeiro dia útil subsequente, sem nenhum acréscimo aos valores a serem pagos, se o vencimento coincidir com dia que não seja Dia Útil, no que se refere (i) a qualquer obrigação pecuniária a ser cumprida por meio da CETIP, qualquer dia que não seja sábado, domingo ou feriado declarado nacional; e (ii) a qualquer outra obrigação prevista nesta Escritura, qualquer dia no qual haja expediente bancário na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo e que não seja feriado nacional ou sábado ou domingo, sem nenhum acréscimo aos valores a serem pagos.

4.17.2. Para os fins desta Escritura de Emissão, ("Dia Útil") significa qualquer dia com exceção de sábado, domingo ou feriado declarado nacional.

4.18. Publicidade



4.18.1. Os atos societários da Emissora serão publicados nos jornais usualmente utilizados pela Emissora, quais sejam: o (i) Diário Oficial do Estado de São Paulo; e (ii) "Diário Comércio Indústria & Serviços - DCI", bem como na página da Emissora na rede mundial de computadores – *internet*.

4.18.2. A Emissora poderá alterar o jornal mencionado acima por outro jornal de grande circulação e de edição nacional que seja adotado para suas publicações societárias, mediante comunicação por escrito ao Agente Fiduciário e a publicação, na forma de aviso, no jornal a ser substituído.

4.19. Aquisição Facultativa

4.19.1. A Emissora poderá, a qualquer tempo, observados os prazos estabelecidos na Instrução CVM 476, adquirir Debêntures, observado o disposto no parágrafo 3º do artigo 55 da Lei das Sociedades por Ações. As Debêntures adquiridas pela Emissora poderão ser canceladas, permanecer na tesouraria da Emissora, ou serem novamente colocadas no mercado, observadas as restrições impostas pela Instrução CVM 476. As Debêntures adquiridas pela Emissora para permanência em tesouraria nos termos deste item, se e quando recolocadas no mercado, farão jus à mesma Remuneração aplicável às demais Debêntures.

Cláusula Quinta – DAS OBRIGAÇÕES ADICIONAIS DA EMISSORA

5.1. Sem prejuízo do disposto na regulamentação aplicável, a Emissora está adicionalmente obrigada a:

- (a) fornecer ao Agente Fiduciário:
 - (i) em até 90 (noventa) dias da data do encerramento de cada exercício social, (a) cópia de suas demonstrações financeiras consolidadas e auditadas, relativas ao respectivo exercício social, preparadas de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil, acompanhadas do relatório da administração e do parecer dos auditores independentes, e cópia de suas informações anuais; (b) relatório específico de apuração e cálculo do Índice Financeiro acompanhado da memória de cálculo, explicitando as rubricas necessárias à apuração do Índice Financeiro devidamente auditados pelos auditores independentes contratados pela Emissora, sob pena de impossibilidade de acompanhamento do Índice Financeiro pelo Agente Fiduciário, podendo este solicitar à Emissora e/ou aos seus auditores independentes todos os eventuais esclarecimentos adicionais que se façam necessários; e (c) declaração assinada pela Diretoria da Emissora, na forma do seu estatuto social, atestando: (i) que permanecem válidas as disposições contidas na Escritura de Emissão; (ii) não ocorrência de qualquer das

hipóteses de vencimento antecipado e inexistência de descumprimento de obrigações da Emissora perante os Debenturistas e o Agente Fiduciário; e (iii) que não foram praticados atos em desacordo com o estatuto social;

- (ii) no prazo máximo de 5 (cinco) dias corridos, qualquer informação relevante que lhe venha a ser solicitada pelo Agente Fiduciário com relação à si ou a Emissora ou, ainda, de interesse dos Debenturistas;
- (iii) confirmar, quando solicitado, ao Agente Fiduciário, no prazo de 5 (cinco) dias úteis contados da respectiva solicitação, de que está adimplente com suas obrigações, nos termos estabelecidos nesta Escritura de Emissão; e
- (iv) avisos aos Debenturistas, de fatos relevantes, conforme definidos na Instrução CVM n.º 358, de 3 de janeiro de 2002, conforme alterada ("Instrução CVM 358"), assim como atas de assembleias gerais e reuniões do conselho de administração da Emissora, conforme aplicável, que, de alguma forma, envolvam interesse dos Debenturistas, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis contados da data em que ocorrerem;
- (b) atender de forma eficiente às solicitações dos Debenturistas;
- (c) convocar, nos termos da Cláusula Sétima abaixo, Assembleia Geral de Debenturistas para deliberar sobre qualquer matéria que, direta ou indiretamente, se relacione com a presente Emissão, caso o Agente Fiduciário deva fazer, nos termos desta Escritura de Emissão, mas não o faça;
- (d) informar o Agente Fiduciário em até 1 (um) dia útil sobre a ocorrência de qualquer Evento de Vencimento Antecipado previsto no item 4.13 desta Escritura de Emissão;
- (e) cumprir todas as determinações emanadas da CVM, inclusive mediante envio de documentos, prestando, ainda, as informações que lhe forem solicitadas;
- (f) não realizar operações fora do seu objeto social, observadas as disposições estatutárias, legais e regulamentares em vigor;
- (g) notificar em até 2 (dois) dias úteis o Agente Fiduciário sobre qualquer alteração nas condições financeiras, econômicas, comerciais, operacionais, regulatórias ou societárias ou nos negócios da Emissora, bem como quaisquer eventos ou situações que (i) possam afetar negativamente, impossibilitar ou dificultar o cumprimento, pela Emissora, de suas obrigações decorrentes desta Escritura de

Emissão e das Debêntures ou (ii) faça com que as demonstrações ou informações financeiras fornecidas pela Emissora não mais refilam a real condição financeira da Emissora;

(h) comunicar em até 2 (dois) dias úteis ao Agente Fiduciário a ocorrência de quaisquer eventos ou situações que sejam de seu conhecimento e que possam afetar negativamente sua habilidade de efetuar o pontual cumprimento das obrigações, principais e acessórias, no todo ou em parte, assumidas nos termos desta Escritura de Emissão;

(i) não praticar qualquer ato em desacordo com o estatuto social e com esta Escritura de Emissão, em especial os que possam, direta ou indiretamente, comprometer o pontual e integral cumprimento das obrigações principais e acessórias assumidas perante os Debenturistas;

(j) cumprir todas as obrigações principais e acessórias assumidas nos termos desta Escritura de Emissão, inclusive no que tange à destinação dos recursos captados por meio da Emissão;

(k) manter contratado durante o prazo de vigência das Debêntures, às suas expensas, o Banco Liquidante, o Escriturador Mandatário, o Agente Fiduciário e o sistema de negociação no mercado secundário por meio do CETIP21;

(l) efetuar recolhimento de quaisquer tributos ou contribuições que incidam ou venham a incidir sobre a Emissão e que sejam de responsabilidade da Emissora;

(m) efetuar o pagamento de todas as despesas comprovadas pelo Agente Fiduciário e, sempre que possível, previamente aprovadas pela Emissora, que venham a ser necessárias para proteger os direitos e interesses dos Debenturistas ou para realizar seus créditos, inclusive honorários advocatícios e outras despesas e custos incorridos em virtude da cobrança de qualquer quantia devida aos Debenturistas nos termos desta Escritura de Emissão;

(n) manter sempre válidas e em vigor as licenças, concessões e autorizações para a boa condução dos negócios da Emissora;

(o) preparar demonstrações financeiras de encerramento de exercício e, se for o caso, demonstrações consolidadas, em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações, e com as regras emitidas pela CVM;

(p) observar as disposições da Instrução CVM 476 e da Instrução CVM 358 no tocante a dever de sigilo e vedações à negociação, bem como divulgar em sua página na rede mundial de computadores a ocorrência de fato relevante,

conforme definido pelo artigo 2º da Instrução CVM 358 e pelo artigo 17 da Instrução CVM 476, comunicando imediatamente aos Coordenadores e ao Agente Fiduciário;

- (q) submeter suas demonstrações financeiras a auditoria, por auditor independente registrado na CVM;
- (r) divulgar suas demonstrações financeiras, acompanhadas de notas explicativas e parecer dos auditores independentes, em sua página na rede mundial de computadores, dentro de 3 (três) meses contados do encerramento do exercício social e manter tais demonstrações financeiras em sua página na rede mundial de computadores pelo prazo mínimo de 3 (três) anos contados de sua disponibilização nos termos do artigo 17 da Instrução CVM 476;
- (s) fornecer todas as informações que vierem a ser solicitadas pela CVM ou pela CETIP;
- (t) manter válidas e regulares, durante todo o prazo de vigência das Debêntures e desde que haja Debêntures em Circulação, as declarações apresentadas nesta Escritura de Emissão, no que for aplicável;
- (u) manter a sua contabilidade atualizada e efetuar os respectivos registros de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil;
- (v) prestar informações aos Debenturistas e ao Agente Fiduciário, no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos contados da respectiva solicitação, sobre qualquer atuação realizada por autoridades governamentais, de caráter fiscal, ambiental ou de defesa de concorrência, entre outras, em relação à Emissora;
- (w) cumprir a legislação ambiental e trabalhista em vigor, adotando as medidas e ações preventivas ou reparatórias, destinadas a evitar e corrigir eventuais danos ao meio ambiente e a seus trabalhadores decorrentes das atividades descritas em seu objeto social. Obrigase, ainda, a Emissora, a proceder a todas as diligências exigidas para a atividade da espécie, preservando o meio ambiente e atendendo às determinações dos órgãos municipais, estaduais e federais que subsidiariamente venham a legislar ou regulamentar as normas ambientais em vigor;
- (x) notificar, em até 2 (dois) dias úteis, o Agente Fiduciário da convocação, pela Emissora, de qualquer Assembleia Geral de Debenturistas;
- (y) comparecer nas Assembleias Gerais de Debenturistas convocadas pela Emissora, enquanto que nas assembleias convocadas pelos Debenturistas ou



pelo Agente Fiduciário, a presença dos representantes legais da Emissora será facultativa, a não ser quando solicitada pelos Debenturistas ou pelo Agente Fiduciário, conforme o caso, hipótese em que a presença de representantes da Emissora será obrigatória;

- (z) notificar em até 1 (um) dia útil os Debenturistas e o Agente Fiduciário caso quaisquer das declarações aqui prestadas tornem-se total ou parcialmente inverídicas, inconsistentes, imprecisas, incompletas, incorretas ou insuficientes;
- (aa) fornecer informações verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes;
- (bb) cumprir as leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou tribunais, aplicáveis à condução de seus negócios, exceto por aquelas questionadas de boa-fé nas esferas administrativa e/ou judicial;
- (cc) disponibilizar ao Agente Fiduciário cópia de qualquer correspondência ou notificação judicial ou extrajudicial recebida pela Emissora, conforme aplicável, relacionada aos Eventos de Vencimentos Antecipado, em prazo não superior a 1 (um) dia útil após o seu recebimento;
- (dd) enviar à CETIP: (i) as informações divulgadas na rede mundial de computadores previstas nas alíneas (p) e (r) acima; (ii) documentos e informações exigidas por esta entidade no prazo solicitado; assim como (iii) atender integralmente as demais obrigações previstas no Comunicado CETIP n.º 28, de 2 de abril de 2009; e
- (ee) enviar os atos societários, os dados financeiros e o organograma de seu grupo societário, o qual deverá conter, inclusive, os controladores, as controladas, as sociedades sob controle comum, as coligadas, e as sociedades integrantes do bloco de controle da Emissora, conforme aplicável, no encerramento de cada exercício social, e prestar todas as informações, que venham a ser solicitados pelo Agente Fiduciário para a realização do relatório citado na alínea (k) do item 6.5. desta Escritura de Emissão, no prazo de até 30 (trinta) dias corridos antes do encerramento do prazo previsto na alínea (m) do referido item 6.5.

5.2. A Emissora obriga-se, neste ato, em caráter irrevogável e irretratável, a cuidar para que as operações que venha a praticar no ambiente CETIP sejam sempre amparadas pelas boas práticas de mercado, com plena e perfeita observância das normas aplicáveis à matéria, isentando o Agente Fiduciário de toda e qualquer responsabilidade por reclamações, prejuízos, perdas e danos, lucros cessantes e/ou emergentes a que o não respeito às referidas

normas der causa, desde que comprovadamente não tenham sido gerados por atuação do Agente Fiduciário.

5.3. As despesas a que se refere o item 5.1 (m) acima compreenderão, entre outras, as seguintes:

- (a) publicação de relatórios, editais, avisos e notificações, conforme previsto nesta Escritura de Emissão, e outras que vierem a ser exigidas pela regulamentação aplicável;
- (b) extração de certidões atualizadas dos distribuidores cíveis, das Varas da Fazenda Pública, Cartórios de Protesto, Varas do Trabalho, Varas da Justiça Federal e da Procuradoria da Fazenda Pública do foro da sede da Emissora, caso tenham sido previamente solicitadas à Emissora e não entregues dentro de 30 (trinta) dias corridos;
- (c) fotocópias, digitalizações, envio de documentos, despesas cartorárias;
- (d) *conference calls* e contatos telefônicos;
- (e) despesas de viagem, estadias, transportes e alimentação quando estas sejam necessárias ao desempenho das funções do Agente Fiduciário;
- (f) despesas com especialistas, tais como assessoria legal ao Agente Fiduciário em caso de vencimento antecipado das Debêntures; e
- (g) eventuais levantamentos adicionais e especiais ou periciais que vierem a ser justificadamente necessários, se ocorrerem omissões e/ou obscuridades nas informações pertinentes aos estritos interesses dos Debenturistas.

5.3.1. O Agente Fiduciário fica desde já ciente e concorda com o risco de não ter tais despesas reembolsadas caso não tenham sido previamente aprovadas e realizadas em discordância com (i) critérios de bom senso e razoabilidade geralmente aceitos em relações comerciais do gênero, e (ii) a função fiduciária que lhe é inerente.

5.3.2. No caso de inadimplemento da Emissora, todas as despesas com procedimentos legais, inclusive as administrativas, em que o Agente Fiduciário venha a incorrer para resguardar os interesses dos Debenturistas deverão ser, sempre que possível, previamente aprovadas e adiantadas pelos Debenturistas e posteriormente ressarcidas pela Emissora, mediante a apresentação da respectiva cópia da nota fiscal. Tais despesas a serem adiantadas pelos Debenturistas incluem também os gastos com honorários advocatícios de terceiros, depósitos, custas e taxas judiciárias em ações propostas pelo Agente Fiduciário, enquanto representante dos Debenturistas. As eventuais despesas, depósitos e custas judiciais

decorrentes da sucumbência em ações judiciais serão igualmente suportadas pelos Debituristas, bem como a remuneração do Agente Fiduciário na hipótese da Emissora permanecer em inadimplência com relação ao pagamento desta por um período superior a 30 (trinta) dias corridos, podendo o Agente Fiduciário solicitar garantia dos Debituristas para cobertura do risco de sucumbência.

Cláusula Sexta – DO AGENTE FIDUCIÁRIO

6.1. A Emissora nomeia e constitui como Agente Fiduciário da Emissão, a Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários, que, por meio deste ato, aceita a nomeação para, nos termos da lei e da presente Escritura de Emissão, representar perante ela, Emissora, os interesses da comunhão dos Debituristas.

6.2.

O Agente Fiduciário, nomeado na presente Escritura de Emissão, declara que:

- (a) aceita a função para a qual foi nomeado, assumindo integralmente os deveres e atribuições previstas na legislação específica e nesta Escritura de Emissão;
 - (b) aceita integralmente esta Escritura de Emissão, todas suas Cláusulas e condições;
 - (c) está devidamente autorizado a celebrar esta Escritura de Emissão e a cumprir com suas obrigações aqui previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
 - (d) a celebração desta Escritura de Emissão e o cumprimento de suas obrigações aqui previstas não infringem qualquer obrigação anteriormente assumida pelo Agente Fiduciário;
 - (e) não tem qualquer impedimento legal, conforme parágrafo terceiro do artigo 66, da Lei das Sociedades por Ações, para exercer a função que lhe é conferida;
 - (f) não se encontra em nenhuma das situações de conflito de interesse previstas no artigo 10 da Instrução da CVM n.º 28, de 23 de novembro de 1983, conforme alterada ("Instrução CVM 28");
 - (g) está devidamente qualificado a exercer as atividades de agente fiduciário, nos termos da regulamentação aplicável e vigente;
- não tem qualquer ligação com a Emissora que o impeça de exercer suas funções;



(h) está ciente das disposições da Circular do Banco Central do Brasil n.º 1.832, de 31 de outubro de 1990;

(i) verificou a veracidade das informações contidas nesta Escritura de Emissão, na Data de Emissão;

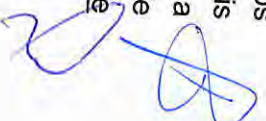
(j) a pessoa que o representa na assinatura desta Escritura tem poderes bastantes para tanto;

(k) que esta Escritura de Emissão constitui obrigação legal, válida, eficaz e vinculativa do Agente Fiduciário, exequível de acordo com os seus termos e condições, com força de título executivo extrajudicial nos termos do artigo 585 da Lei n.º 5.869, de 11 de janeiro de 1973, conforme alterada ("Código de Processo Civil"); e

(l) na data de assinatura da presente Escritura de Emissão, conforme organograma encaminhado pela Emissora, o Agente Fiduciário identificou que presta serviços de agente fiduciário na 1ª (primeira) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única, da espécie quirográfaria, para Emissão da Emissora", com esforços restritos de colocação da Emissora ("1ª emitidas 7.500 (sete mil e quinhentas) debêntures, na data de emissão, no valor de R\$75.000.000,00 (setenta e cinco milhões de reais). Até a presente data não foi verificado qualquer evento de resgate antecipado, amortização, conversão, repactuação e/ou inadimplemento. Na data da emissão, as debêntures da 1ª Emissão da Emissora não possuem garantias, conforme previsto na escritura de emissão.

6.3. O Agente Fiduciário exercerá suas funções a partir da data de assinatura desta Escritura de Emissão, devendo permanecer no exercício de suas funções até a Data de Vencimento ou até sua efetiva substituição ou, caso ainda restem obrigações inadimplidas da Emissora nos termos desta Escritura de Emissão após a Data de Vencimento, até que todas as obrigações da Emissora nos termos desta Escritura de Emissão sejam integralmente cumpridas.

6.4. Será devida pela Emissora ao Agente Fiduciário, a título de honorários pelos deveres e atribuições que lhe competem, nos termos da legislação e regulamentação aplicáveis e desta Escritura de Emissão, uma remuneração anual de R\$5.000,00 (cinco mil reais), sendo a primeira parcela devida no 5º (quinto) dia útil contado da data de celebração desta Escritura de Emissão, e as demais, no mesmo dia dos anos subsequentes ("Remuneração do Agente Fiduciário").



6.4.1. As parcelas citadas na cláusula 6.4 supra serão reajustadas pela variação acumulada do IGP-M/FGV, ou na falta deste, ou ainda na impossibilidade de sua utilização, pelo índice que vier a substituí-lo, a partir da data do primeiro pagamento, até as datas de pagamento seguintes, calculadas *pro rata die*, se necessário. A remuneração será devida mesmo após o vencimento final das Debêntures, caso o Agente Fiduciário ainda esteja atuando na cobrança de inadimplências não sanadas pela Emissora.

6.4.2. As parcelas citadas nos itens acima, serão acrescidas dos seguintes impostos: ISS (Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza), PIS (Contribuição ao Programa de Integração Social), COFINS (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social) e quaisquer outros impostos que venham a incidir sobre a remuneração do Agente Fiduciário, excetuando-se o IR (Imposto de Renda), nas alíquotas vigentes nas datas de cada pagamento.

6.4.3. Em caso de mora no pagamento de qualquer quantia devida, os débitos em atraso estarão sujeitos à multa contratual de 2% (dois por cento) sobre o valor do débito, bem como a juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês, ficando o valor do débito em atraso sujeito a atualização monetária pelo IGP-M/FGV, incidente desde a data da inadimplência até a data do efetivo pagamento, calculado *pro rata die*.

6.4.4. O pagamento da remuneração do Agente Fiduciário será feito mediante depósito na conta corrente a ser indicada por este à Emissora, servindo o comprovante do depósito como prova de quitação do pagamento.

6.5. Além de outros previstos em lei, em ato normativo da CVM ou nesta Escritura de Emissão, constituem deveres e atribuições do Agente Fiduciário:

- (a) proteger os direitos e interesses dos Debenturistas, empregando, no exercício da função, o cuidado e a diligência que todo homem ativo e probo costuma empregar na administração dos seus próprios bens;
- (b) renunciar à função na hipótese de superveniência de conflitos de interesse ou de qualquer outra modalidade de inaptidão;
- (c) conservar em boa guarda toda a documentação, correspondência e demais papéis relacionados com o exercício de suas funções;
- (d) verificar, no momento de aceitar a função, a veracidade das informações contidas nesta Escritura de Emissão, diligenciando para que sejam sanadas as omissões, falhas ou defeitos de que tenha conhecimento;
- (e) promover, nos órgãos competentes, caso a Emissora não o faça, o registro desta Escritura de Emissão e respectivos aditamentos na JUCESP, sanando as lacunas e irregularidades porventura neles existentes, hipótese em que a

Emissora deverá fornecer as informações e documentos necessários aos referidos registros, sem prejuízo da ocorrência do descumprimento de obrigação não pecuniária pela Emissora;

- (f) acompanhar a observância da periodicidade na prestação das informações obrigatórias, alertando os Debenturistas acerca de eventuais omissões ou inverdades constantes de tais informações;
- (g) emitir parecer sobre a suficiência das informações constantes das propostas de modificações nas condições das Debêntures;
- (h) solicitar, quando julgar necessário ao fiel desempenho de suas funções, certidões que estejam dentro do prazo de vigência dos distribuidores cíveis, das Varas da Fazenda Pública, Cartórios de Protesto, Varas do Trabalho, Varas da Justiça Federal e da Procuradoria da Fazenda Pública do foro da sede da Emissora, bem como das demais comarcas em que a Emissora exerça suas atividades, as quais deverão ser apresentadas em até 30 (trinta) dias corridos da data de solicitação;
- (i) solicitar, quando considerar necessário, às expensas da Emissora, desde que justificada, auditoria extraordinária na Emissora;
- (j) convocar, quando necessário, a Assembleia Geral de Debenturistas, mediante anúncio publicado, pelo menos 3 (três) vezes, nos órgãos de imprensa nos quais a Emissora deve efetuar suas publicações, às expensas desta;
- (k) comparecer à Assembleia Geral de Debenturistas a fim de prestar as informações que lhe forem solicitadas;
- (l) elaborar relatórios anuais destinados aos debenturistas, nos termos da alínea (b) do parágrafo 1º do artigo 68 da Lei das Sociedades por Ações, relativos aos exercícios sociais da Emissora, os quais deverão conter, ao menos, as seguintes informações:
 - a. eventual omissão ou inverdade de que tenha conhecimento, contida nas informações divulgadas pela Emissora ou, ainda, o inadimplemento ou atraso na obrigação prestação de informações pela Emissora;
 - b. alterações estatutárias ocorridas no período;
 - c. comentários sobre as demonstrações financeiras da Emissora, enfocando os indicadores econômicos, financeiros e da estrutura de seu capital;

- d. posição da distribuição ou colocação das Debêntures no mercado;
- e. resgate, amortização, conversão, repactuação e pagamento de juros das Debêntures realizados no período, bem como aquisições e vendas de Debêntures efetuadas pela Emissora;
- f. constituição e aplicações do fundo de amortização de debêntures, quando for o caso;
- g. acompanhamento da destinação dos recursos captados por meio da emissão das Debêntures, de acordo com os dados obtidos junto aos administradores da Emissora;
- h. relação dos bens e valores entregues à administração do Agente Fiduciário;
- i. cumprimento de outras obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura de Emissão;
- j. existência de outras emissões de debêntures, públicas ou privadas, feitas por sociedade coligada, controlada, controladora ou integrante do mesmo grupo da Emissora em que tenha atuado como agente fiduciário no período, bem como os seguintes dados sobre tais emissões:
- (i) denominação da companhia ofertante;
 - (ii) valor da emissão;
 - (iii) quantidade de debêntures emitidas;
 - (iv) espécie;
 - (v) prazo de vencimento das debêntures;
 - (vi) tipo e valor dos bens dados em garantia e denominação dos garantidores; e
 - (vii) eventos de resgate, amortização, conversão, repactuação e inadimplemento no período.
- k. declaração sobre sua aptidão para continuar exercendo a função de agente fiduciário da Emissão;

- (m) divulgar as informações referidas na alínea "j" do item (l) acima em sua página na rede mundial de computadores tão logo delas tenha conhecimento;
- (n) disponibilizar o relatório a que se refere o inciso (l) acima aos Debenturistas até o dia 30 de abril de cada ano. O relatório deverá estar disponível ao menos nos seguintes locais:
- a. na sede da Emissora;
 - b. na sede do Agente Fiduciário;
 - c. na CVM;
 - d. na CETIP; e
 - e. na sede dos Coordenadores.
- (o) publicar, em conjunto e às expensas da Emissora, nos órgãos de imprensa em que a Emissora deva efetuar suas publicações, anúncio comunicando aos Debenturistas que o relatório se encontra à disposição nos locais indicados no item anterior;
- (p) manter atualizada a relação dos Debenturistas e seus endereços, mediante, inclusive, solicitação de informações junto à Emissora, ao Banco Liquidante, ao Escriturador Mandatário e à CETIP, sendo que, para fins de atendimento ao disposto neste inciso, a Emissora e os Debenturistas, assim que subscreverem, integralizarem ou adquirirem as Debêntures, expressamente autorizam, desde já, a CETIP, o Banco Liquidante e o Escriturador Mandatário a atenderem quaisquer solicitações feitas pelo Agente Fiduciário, inclusive referente à divulgação, a qualquer momento, da posição e da titularidade das Debêntures;
- (q) fiscalizar o cumprimento das Cláusulas constantes desta Escritura de Emissão e todas aquelas impositivas de obrigações de fazer e não fazer;
- (r) notificar os Debenturistas, individualmente ou, caso não seja possível, por meio de aviso publicado nos jornais mencionados no item 4.18 acima, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis da data em que tomou ciência do evento a respeito de qualquer inadimplemento pela Emissora de obrigações assumidas nesta Escritura de Emissão, indicando o local em que fornecerá aos interessados maiores informações; comunicação de igual teor deverá ser enviada à CVM e à CETIP;

- (s) emitir parecer sobre a suficiência das informações constantes de eventuais propostas de modificações nas condições das Debêntures;
- (t) disponibilizar aos Debenturistas e demais participantes do mercado, em sua central de atendimento e/ou seu *website* (www.pentagonotrustee.com.br), o cálculo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, a ser calculado pela Emissora; e
- (u) acompanhar com o Banco Liquidante em cada data de pagamento, o integral e pontual pagamento dos valores devidos, conforme estipulado na presente Escritura de Emissão.

6.6. O Agente Fiduciário não será obrigado a efetuar nenhuma verificação de veracidade nas deliberações societárias e em atos de administração da Emissora ou ainda em qualquer documento ou registro que considere autêntico, exceto pela verificação da regular constituição dos referidos documentos, conforme previsto na Instrução CVM 28, e que lhe tenha sido encaminhado pela Emissora ou por terceiros a seu pedido, para basear suas decisões. Não será ainda, sob qualquer hipótese, responsável pela elaboração destes documentos, que permanecerão sob obrigação legal e regulamentar da Emissora, nos termos da legislação aplicável.

6.7. O Agente Fiduciário não será responsável por verificar a suficiência, validade, qualidade, veracidade ou completude das informações técnicas e financeiras constantes de qualquer documento que lhe seja enviado com o fim de informar, complementar, esclarecer, retificar ou ratificar as informações da presente Escritura de Emissão e dos demais documentos da operação.

6.8. Os atos ou manifestações por parte do Agente Fiduciário que criarem responsabilidade para os Debenturistas e/ou exonerarem terceiros de obrigações para com eles, bem como aqueles relacionados ao devido cumprimento das obrigações assumidas nesta Escritura de Emissão, somente serão válidos quando previamente deliberado pelos Debenturistas reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas.

6.9. O Agente Fiduciário não emitirá qualquer tipo de opinião ou fará qualquer juízo sobre a orientação acerca de qualquer fato cuja decisão seja de competência dos Debenturistas, comprometendo-se tão-somente a agir em conformidade com as instruções que lhe forem transmitidas por estes. Neste sentido, o Agente Fiduciário não possui qualquer responsabilidade sobre o resultado ou sobre os efeitos jurídicos decorrentes do estrito cumprimento das orientações dos Debenturistas a ele transmitidas e reproduzidas perante a Emissora, independentemente de eventuais prejuízos que venham a ser causados aos Debenturistas ou à Emissora. A atuação do Agente Fiduciário limita-se ao escopo da Instrução CVM 28, e dos artigos aplicáveis da Lei das Sociedades por Ações, estando este isento, sob

qualquer forma ou pretexto, de qualquer responsabilidade adicional que não tenha decorrido da legislação aplicável ou dos termos da presente Escritura de Emissão.

6.10. O Agente Fiduciário usará de quaisquer procedimentos judiciais ou extrajudiciais contra a Emissora para a proteção e defesa dos interesses da comunhão dos Debenturistas na realização de seus créditos, devendo, em caso de inadimplemento da Emissora:

- (a) declarar antecipadamente vencidas as Debêntures e cobrar seu principal e acessórios, observadas as condições da presente Escritura de Emissão;
- (b) executar a Cessão Fiduciária, aplicando o produto no pagamento integral ou proporcional dos Debenturistas da Primeira Série e/ou os Debenturistas da Segunda Série;
- (c) requerer a falência da Emissora se não existirem garantias reais;
- (d) tomar todas as providências necessárias para a realização dos créditos dos Debenturistas; e
- (e) representar os Debenturistas em processo de falência, recuperação judicial e extrajudicial, intervenção ou liquidação da Emissora;

6.10.1. O Agente Fiduciário, observado o disposto no item 4.13. desta Escritura de Emissão, somente se eximirá da responsabilidade pela não adoção das medidas contempladas nas alíneas (a) a (d) do item 6.10 acima, se a Assembleia Geral de Debenturistas assim autorizar por deliberação de 100% (cem por cento) das Debêntures em Circulação. Na hipótese da alínea (e) do item 6.10 acima, será suficiente a deliberação da maioria das Debêntures em Circulação.

6.11. Nas hipóteses de ausência ou impedimentos temporários, renúncia, liquidação, dissolução ou extinção, ou qualquer outro caso de vacância na função de agente fiduciário da Emissão, será realizada, dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos contados do evento que a determinar, Assembleia Geral de Debenturistas para a escolha do novo agente fiduciário da Emissão, a qual poderá ser convocada pelo próprio Agente Fiduciário a ser substituído, pela Emissora, por titulares de Debêntures que representem, no mínimo, 10% (dez por cento) das Debêntures em Circulação, ou pela CVM. Na hipótese da convocação não ocorrer até 15 (quinze) dias corridos antes do término do prazo acima citado, caberá à Emissora efetuar-lá, sendo certo que a CVM poderá nomear substituto provisório, enquanto não se consumir o processo de escolha do novo agente fiduciário da Emissão. A substituição não resultará em remuneração ao novo Agente Fiduciário superior à ora avençada.

6.11.1. Na hipótese de não poder o Agente Fiduciário continuar a exercer as suas funções por circunstâncias supervenientes a esta Escritura de Emissão, deverá este comunicar imediatamente o fato à Emissora, pedindo sua substituição.

6.11.2. É facultado aos Debenturistas, após o encerramento do prazo para a subscrição e integralização da totalidade das Debêntures, proceder à substituição do Agente Fiduciário e à indicação de seu substituto, em Assembleia Geral Debenturistas especialmente convocada para esse fim.

6.11.3. Caso ocorra a efetiva substituição do Agente Fiduciário, esse substituto receberá a mesma remuneração paga ao Agente Fiduciário em todos os seus termos e condições, sendo que a primeira parcela anual devida ao substituto será calculada *pro rata temporis*, a partir da data de início do exercício de sua função como agente fiduciário da Emissão. Esta remuneração poderá ser alterada de comum acordo entre a Emissora e o agente fiduciário substituto, desde que previamente aprovada pela Assembleia Geral de Debenturistas.

6.11.4. Em qualquer hipótese, a substituição do Agente Fiduciário ficará sujeita à comunicação prévia à CVM e ao atendimento dos requisitos previstos na Instrução CVM 28 e eventuais normas posteriores aplicáveis.

6.11.5. A substituição do Agente Fiduciário em caráter permanente deverá ser objeto de aditamento à Escritura de Emissão, que deverá ser registrado nos termos do item 2.1.4 acima.

6.11.5.1. O Agente Fiduciário substituto deverá, imediatamente após sua nomeação, comunicá-la aos Debenturistas em forma de aviso nos termos do item 4.18 acima.

6.11.6. Aplicam-se às hipóteses de substituição do Agente Fiduciário as normas e preceitos a este respeito promulgados por atos da CVM.

Cláusula Sétima – DA ASSEMBLEIA GERAL DE DEBENTURISTAS

7.1. Os Debenturistas poderão, a qualquer tempo, reunir-se em assembleia geral ("Assembleia Geral de Debenturistas"), de acordo com o disposto no artigo 71 da Lei das Sociedades por Ações, a fim de deliberarem sobre matéria de interesse da comunhão dos Debenturistas, observado que:

- (a) quando o assunto a ser deliberado for comum a todas as séries de Debêntures, os Debenturistas de todas as séries poderão, a qualquer tempo, reunir-se em Assembleia Geral de Debenturistas conjunta, de acordo com o disposto no artigo 71 da Lei das Sociedades por Ações, a fim de deliberarem sobre matéria de interesse da comunhão dos Debenturistas de todas as séries; e



(b) quando o assunto a ser deliberado for específico a uma determinada série, os Debenturistas da Primeira Série e os Debenturistas da Segunda Série, conforme o caso, poderão, a qualquer tempo, de acordo com o disposto no artigo 71 da Lei das Sociedades por Ações, reunir-se em Assembleia Geral de Debenturistas, que se realizará em separado, computando-se em separado o respectivo quórum de convocação, instalação e deliberação, a fim de deliberarem sobre matéria de interesse da comunhão dos Debenturistas da Primeira Série ou dos Debenturistas da Segunda Série, conforme o caso.

7.2. A Assembleia Geral de Debenturistas poderá ser convocada pelo Agente Fiduciário, pela Emissora, por titulares de Debêntures que representem, no mínimo, 10% (dez inteiros por cento) das Debêntures em Circulação ou pela CVM.

7.3. Aplicar-se-á à Assembleia Geral de Debenturistas, no que couber, o disposto na Lei das Sociedades por Ações a respeito das assembleias gerais de acionistas.

7.4. A Assembleia Geral de Debenturistas instalar-se-á, em primeira convocação, com a presença de titulares de Debêntures que representem, no mínimo, metade das Debêntures em Circulação e, em segunda convocação, com qualquer quórum.

7.5. Cada Debênture conferirá a seu titular o direito a um voto nas Assembleias Gerais de Debenturistas, sendo admitida a constituição de mandatários, titulares de Debêntures ou não.

7.6. Para efeito da constituição do quórum de instalação e/ou deliberação a que se refere esta Cláusula Sétima, serão consideradas "Debêntures em Circulação" todas as Debêntures em circulação no mercado, excluídas as Debêntures que a Emissora possuir em tesouraria, ou que sejam de propriedade de seus controladores ou de qualquer de suas controladas ou coligadas, bem como dos respectivos diretores ou conselheiros e respectivos cônjuges. Para efeitos de quórum de deliberação não serão computados, ainda, os votos em branco.

7.7. O Agente Fiduciário deverá comparecer à Assembleia Geral de Debenturistas e prestar aos Debenturistas as informações que lhe forem solicitadas.

7.8. A presidência da Assembleia Geral de Debenturistas caberá ao Debenturista eleito pelos Debenturistas ou àquele que for designado pela CVM.

7.9. Exceto conforme estabelecido nesta Escritura de Emissão, as deliberações serão tomadas por Debenturistas que representem 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação, inclusive: (i) com relação a alterações nas cláusulas ou condições previstas nesta Escritura de Emissão que não apresentem outro quórum específico; (ii) perdão e/ou renúncia temporária a qualquer das hipóteses de vencimento antecipado estabelecidas no item



4.13 acima; (iii) alteração das obrigações adicionais da Emissora estabelecidas na Cláusula Quinta; e/ou (iv) alteração das obrigações do Agente Fiduciário, estabelecidas na Cláusula Sexta.

7.10. As seguintes deliberações relativas às características das Debêntures dependerão da aprovação por Debenturistas que representem pelo menos 90% (noventa inteiros por cento) das Debêntures em Circulação, seja em primeira convocação da Assembleia Geral de Debenturistas ou em qualquer convocação subsequente, bem como da aprovação da Emissora, que deverá, obrigatoriamente, participar da respectiva Assembleia Geral de Debenturistas: (i) alteração da Remuneração das Debêntures; (ii) alteração da Data de Pagamento da Remuneração; (iii) alteração do prazo de vencimento das Debêntures; (iv) alteração dos valores e datas de amortização do principal das Debêntures; (v) alteração dos Eventos de Vencimento Antecipado; (vi) os quóruns de deliberação estabelecidos nesta Cláusula Sétima; e/ou (vii) os procedimentos aplicáveis às Assembleias Gerais de Debenturistas estabelecidos nesta Cláusula Sétima.

7.11. As deliberações tomadas pelos Debenturistas em Assembleias Gerais de Debenturistas, no âmbito de sua competência legal, observados os quóruns estabelecidos nesta Escritura de Emissão, serão existentes, válidas e eficazes perante a Emissora e obrigarão a todos os titulares de Debêntures em Circulação, independentemente de terem comparecido à Assembleia Geral de Debenturistas ou do voto proferido nas respectivas Assembleias Gerais de Debenturistas.

7.12. Independentemente das formalidades previstas na Lei das Sociedades por Ações e nesta Escritura de Emissão serão consideradas regulares as deliberações tomadas pelos Debenturistas em Assembleia Geral de Debenturistas a que comparecerem os titulares de todas as Debêntures em Circulação.

Cláusula Oitava – DAS DECLARAÇÕES DA EMISSORA

8.1.


A Emissora neste ato declara que:

- (a) é uma sociedade por ações devidamente organizada, constituída e existente sob a forma de sociedade por ações de acordo com as leis brasileiras e está devidamente autorizada a conduzir os seus negócios, com plenos poderes para deter, possuir e operar seus bens;
- (b) está devidamente autorizada e obteve todas as licenças e autorizações necessárias, inclusive as societárias, à celebração desta Escritura de Emissão, do Contrato de Cessão Fiduciária, à emissão das Debêntures e ao cumprimento de suas obrigações aqui previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;



- (c) os representantes legais que assinam esta Escritura de Emissão e o Contrato de Cessão Fiduciária têm poderes estatutários e/ou delegados para assumir, em seu nome, as obrigações ora estabelecidas e, sendo mandatários, tiveram os poderes legitimamente outorgados, estando os respectivos mandatos em pleno vigor;
- (d) a celebração desta Escritura de Emissão e do Contrato de Cessão Fiduciária, o cumprimento de suas obrigações previstas nesta Escritura de Emissão, no Contrato de Cessão Fiduciária e a emissão e a colocação das Debêntures não infringem ou contrariam (i) qualquer contrato ou documento no qual a Emissora seja parte ou pelo qual quaisquer de seus bens e propriedades estejam vinculados, nem irá resultar em (aa) vencimento antecipado de qualquer obrigação estabelecida em qualquer destes contratos ou instrumentos; (bb) criação de qualquer ônus sobre qualquer ativo ou bem da Emissora, ou (cc) rescisão de qualquer desses contratos ou instrumentos; (ii) qualquer lei, decreto ou regulamento a que a Emissora ou quaisquer de seus bens e propriedades estejam sujeitos; ou (iii) qualquer ordem, decisão ou sentença administrativa, judicial ou arbitral que afete a Emissora ou quaisquer de seus bens e propriedades;
- (e) cumprirá todas as obrigações e deveres assumidos nos termos desta Escritura de Emissão e do Contrato de Cessão Fiduciária, incluindo, mas não se limitando, à obrigação de destinar os recursos obtidos com a Emissão aos fins previstos no item 3.5 desta Escritura de Emissão;
- (f) não tem conhecimento da existência de qualquer ação judicial, procedimento administrativo ou arbitral, inquérito ou outro tipo de investigação governamental que possa vir a causar impacto substancial e adverso à Emissora;
- (g) não há qualquer ligação entre a Emissora e o Agente Fiduciário que impeça o Agente Fiduciário de exercer plenamente suas funções;
- (h) tem plena ciência e concorda integralmente com a forma de divulgação e apuração da Taxa DI, divulgada pela CETIP, e que a forma de cálculo da remuneração das Debêntures foi acordada por livre vontade entre a Emissora e os Coordenadores, em observância ao princípio da boa-fé;
- (i) esta Escritura de Emissão, bem como cada documento a ser entregue nos termos desta Escritura de Emissão, e o Contrato de Cessão Fiduciária constituem obrigações legais, válidas, eficazes e vinculativas da Emissora, exequíveis de acordo com os seus termos e condições, com força de título executivo extrajudicial nos termos do artigo 585 do Código de Processo Civil;

- (j) não é necessária autorização regulatória para celebração desta Escritura de Emissão, do Contrato de Cessão Fiduciária e para realização da Emissão e da Oferta Restrita;
- (k) está cumprindo as leis, regulamentos, normas administrativas e determinações (inclusive ambientais) dos órgãos governamentais, autarquias ou tribunais aplicáveis ao exercício de suas atividades, inclusive com o disposto na legislação em vigor pertinente à Política Nacional do Meio Ambiente – Conama e às demais legislações e regulamentações ambientais supletivas, adotando as medidas e ações preventivas ou reparatórias destinadas a evitar ou corrigir eventuais danos ambientais decorrentes do exercício das atividades descritas em seu objeto social;
- (l) as demonstrações financeiras da Emissora relativas aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2012, 2013 e 2014 são verdadeiras, completas e corretas em todos os aspectos na data em que foram preparadas; refletem, de forma clara e precisa, a posição financeira e patrimonial, os resultados, operações e fluxos de caixa da Emissora no período;
- (m) a Emissora, nesta data, está observando e cumprindo seu estatuto social ou quaisquer obrigações e/ou condições contidas em contratos, acordos, hipotecas, escrituras, empréstimos, contratos de crédito, notas promissórias, contratos de arrendamento mercantil ou outros contratos ou instrumentos dos quais seja parte ou possa estar obrigada;
- (n) tem plena ciência de que, nos termos do artigo 9º da Instrução CVM 476, não poderá realizar outra oferta pública de debêntures da mesma espécie de sua emissão dentro do prazo de 4 (quatro) meses contados da data do encerramento da Oferta Restrita, a menos que a nova oferta seja submetida a registro na CVM;
- (o) todas as informações, declarações e garantias relacionadas à Emissora e à Oferta Restrita, que constam desta Escritura de Emissão e do Contrato de Cessão Fiduciária, são, na data de assinatura desta Escritura de Emissão e do Contrato de Cessão Fiduciária, verdadeiras, corretas, consistentes e suficientes em todos os seus aspectos relevantes;
- (p) está em dia com o pagamento de todas as obrigações de natureza tributária (municipal, estadual e federal), trabalhista, previdenciária, ambiental e de quaisquer outras obrigações impostas por lei, exceto por aquelas questionadas de boa-fé nas esferas administrativa e/ou judicial ou cujo descumprimento não tenha um efeito adverso relevante na Emissora; e



- (q) possui válidas, eficazes, em perfeita ordem e em pleno vigor todas as autorizações e licenças, inclusive as ambientais, exigidas pelas autoridades federais, estaduais e municipais e aplicáveis ao regular exercício de suas atividades.

Cláusula Nona – DAS NOTIFICAÇÕES

- 9.1. Todos os documentos e as comunicações, que deverão ser sempre feitos por escrito, assim como os meios físicos que contenham documentos ou comunicações, a serem enviados por qualquer das partes nos termos desta Escritura de Emissão deverão ser encaminhados para os seguintes endereços:

Para a Emissora:

BOA VISTA SERVIÇOS S.A.

Rua Boa Vista n.º 51, 5º andar

São Paulo, SP

CEP: 01014-91

At.: Sr. Roberto Rittes / Sr. Isolirio Schoneborn

Telefone: (11) 3016-6669 / (11) 3016-6432

Correio Eletrônico: roberto.rittes@boavistaservicos.com.br /
schoneborn@boavistaservicos.com.br

Para o Agente Fiduciário:

PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Avenidas das Américas, nº 4.200, Bloco 08, Ala B, Salas 302, 303 e 304

Rio de Janeiro, RJ

CEP: 22640-102

At.: Sras. Nathalia Machado Loureiro, Marcelle Motta Santoro e Sr. Marco Aurélio Ferreira

Telefone: (21) 3385-4565

Fax: (21) 3385-4046

Correio Eletrônico: operacional@pentagonotrustee.com.br

Para o Banco Liquidante e Escriturador Mandatário:

BANCO BRADESCO S.A.

Cidade de Deus, Prédio Amarelo, 2º Andar

Vila Yara, Osasco, SP

CEP 06029-900

At.: Sr. João Batista de Souza / Sr. Douglas Marcos da Cruz

Telefone: (11) 3864.7911 / (11) 3684-7691

Correio Eletrônico: 4010.jbsouza@bradesco.com.br / 4010.custodiari@bradesco.com.br / 4010.douglas@bradesco.com.br

Para a CETIP:

CETIP S.A. – MERCADOS ORGANIZADOS

Avenida Brigadeiro Faria Lima, n.º 1.663, 4º andar, Jardim Paulistano

São Paulo – SP

CEP: 01452-001

At.: Gerência de Valores Mobiliários

Telefone: (11) 3111-1596

Correio Eletrônico: valores.mobiliarios@cetip.com.br

9.2. As comunicações referentes a esta Escritura de Emissão serão consideradas entregues quando recebidas sob protocolo ou com "aviso de recebimento" expedido pelo correio, por telegrama nos endereços acima. As comunicações feitas por fac-símile ou correio eletrônico serão consideradas recebidas na data de seu envio, desde que seu recebimento seja confirmado por meio de indicativo (recibo emitido pela máquina utilizada pelo remetente). Caso haja recusa em receber as notificações, estas poderão ser feitas por meio de notificação judicial ou extrajudicial. Os respectivos originais deverão ser encaminhados para os endereços acima em até 5 (cinco) dias úteis após o envio da mensagem. A mudança de qualquer dos endereços acima deverá ser comunicada à outra parte pela parte que tiver seu endereço alterado.

Cláusula Dez – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

10.1. Não se presume a renúncia a qualquer dos direitos decorrentes da presente Escritura de Emissão. Dessa forma, nenhum atraso, omissão ou liberalidade no exercício de qualquer direito, faculdade ou remédio que caiba ao Agente Fiduciário e/ou aos Debenturistas em razão de qualquer inadimplemento das obrigações da Emissora, prejudicará tais direitos, faculdades ou remédios, ou será interpretado como uma renúncia aos mesmos ou concordância com tal inadimplemento, nem constituirá novação ou modificação de quaisquer outras obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura de Emissão ou precedente no tocante a qualquer outro inadimplemento ou atraso.

10.2. A presente Escritura de Emissão é firmada em caráter irrevogável e irretratável, salvo na hipótese de não preenchimento dos requisitos relacionados na Cláusula Segunda acima, obrigando as partes por si e seus sucessores.

10.3. Caso qualquer das disposições desta Escritura de Emissão venha a ser julgada ilegal, inválida ou ineficaz, prevalecerão todas as demais disposições não afetadas por tal julgamento, comprometendo-se as partes, em boa-fé, a substituir a disposição afetada por outra que, na medida do possível, produza o mesmo efeito.

10.4. A presente Escritura de Emissão e as Debêntures constituem título executivo extrajudicial, nos termos do artigo 585, incisos I e II, do Código de Processo Civil, e as obrigações nelas encerradas estão sujeitas a execução específica, de acordo com os artigos 632 e seguintes, do Código de Processo Civil.

10.5. Esta Escritura de Emissão é regida pelas Leis da República Federativa do Brasil.

10.6. Os prazos estabelecidos na presente Escritura de Emissão serão computados de acordo com a regra prescrita no artigo 132 do Código Civil, sendo excluído o dia do começo e incluído o do vencimento.

Cláusula Onze – DO FORO

11.1. Fica eleito o foro da Comarca de São Paulo, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir as questões porventura oriundas desta Escritura de Emissão.

E por estarem assim justas e contratadas, firmam a presente Escritura de Emissão a Emissora e o Agente Fiduciário em 4 (quatro) vias de igual forma e teor e para o mesmo fim, em conjunto com as 2 (duas) testemunhas abaixo assinadas.

São Paulo, 28 de julho de 2015.

[O restante da página foi deixado intencionalmente em branco.]



Página de assinaturas do Instrumento Particular de Escritura da 2ª (segunda) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Duas Séries, da Espécie com Garantia Real, Para Distribuição Pública, Com Esforços Restritos de Distribuição da Boa Vista Serviços S.A.

BOA VISTA SERVIÇOS S.A.

Rosell Garcia

Nome: Rosell Garcia
Cargo: Boa Vista Serviços S.A.
Diretoria de Rede N2

Dircen Gardel

Nome: Dircen Gardel
Cargo: Boa Vista Serviços S.A.
Assessoria Jurídica N 2



[Signature]

Página de assinaturas do Instrumento Particular de Escritura da 2ª (segunda) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Duas Séries, da Espécie com Garantia Real, Para Distribuição Pública, Com Esforços Restritos de Distribuição da Boa Vista Serviços S.A.

PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Claudia Beatriz Mendes Ribeiro

Nome:

Ana Beatriz Mendes Ribeiro

Procuradora

Cargo:

Testemunhas

1.

Nome:

Isclirio Schomaborn
Boa Vista Serviços S.A.
Diretoria de Operações - Finanças
M2

CPF:

RG:

2.

Nome:

Amanda Ribeiro Xavier
Rg: 27.369.206-9
CPF: 302.183.128-14

CPF:

RG:



SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO
ECONÔMICO, CIENTIA,
TECNOLOGIA E INOVAÇÃO
JUCESP

CERTIFICADO DE REGISTRO, ANEXO, REGISTRO
SOB O NÚMERO SECRETARIA DE REGISTRO EM EXERCÍCIO

ED001778-4/000



JUCESP

